



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA:
Análise da parceria inédita entre o governo e a militância LGBT fluminense

ADRIANO DILBER DA CUNHA MEIRELLES

RIO DE JANEIRO

2012.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA:
Análise da parceria inédita entre o governo e a militância LGBT fluminense

Monografia submetida à Banca de
Graduação como requisito para obtenção
do diploma de Comunicação Social/
Jornalismo.

ADRIANO DILBER DA CUNHA MEIRELLES

Orientador: Prof. Dr. Denilson Lopes Silva

RIO DE JANEIRO
2012.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Programa Rio Sem Homofobia: Análise da parceria inédita entre o governo e a militância LGBT fluminense**, elaborada por Adriano Dilber da Cunha Meirelles.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 09./07./2012

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Denilson Lopes Silva
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profª. Drª. Ilana Strozenberg
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Paulo César Castro
Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2012.1

FICHA CATALOGRÁFICA

MEIRELLES, Adriano Dilber da Cunha.

Programa Rio Sem Homofobia: Análise da parceria inédita entre o governo e a militância LGBT fluminense. Rio de Janeiro, 2012.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientador: Denilson Lopes Silva

MEIRELLES, Adriano Dilber da Cunha. **Programa Rio Sem Homofobia: Análise da parceria inédita entre o governo e a militância LGBT fluminense.** Orientador: Denilson Lopes. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar como o Estado pode (e até deve) fomentar mudanças na consciência e na cultura dos seus cidadãos a partir da promulgação de leis e da criação de políticas públicas comprometidas com o combate à intolerância sexual e à homofobia. Pioneiro em diversos aspectos, sobretudo por conta da complexidade das suas questões, da sua abrangência social e territorial e da verba milionária destinada aos seus projetos, o Programa Rio Sem Homofobia, do governo do estado do Rio de Janeiro, vem atendendo a diversas demandas históricas da militância homossexual brasileira. A análise dos bastidores desta aliança inédita pretende levantar a discussão sobre a eficácia e o valor que suas ações têm sobre o cotidiano de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que residem ou visitam o Rio.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. A MILITÂNCIA LGBT	11
2.1. Fatores que antecederam o surgimento das primeiras organizações LGBT.....	11
2.2. O Movimento Homossexual Brasileiro.....	14
2.3. O Movimento Homossexual Fluminense.....	25
3. O PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA	34
4. O COORDENADOR DO PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA	41
5. ANÁLISE DO PROGRAMA	44
6. CONCLUSÃO	51
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
8. ANEXOS	55

1- INTRODUÇÃO

Iniciarei esta primeira parte do trabalho explicando por que decidi escolher, dentre tantos outros temas relacionados com a comunidade LGBT que necessitam de uma análise acadêmica mais profunda, o Programa Rio Sem Homofobia como objeto de estudo. Acredito que não foi por acaso que acabei escolhendo este tema.

Durante os longos anos em que estive matriculado no curso de Jornalismo da Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), localizado no campus da Praia Vermelha, pude notar (com muita surpresa) que nem mesmo dentro de um importante e tradicional centro público de estudos e pesquisas de ensino superior, que é a UFRJ, a temática da diversidade sexual é trabalhada de forma expressiva e com a atenção que eu acredito que ela merece ter. Estou falando de um espaço em que deveria haver a circulação de um vasto universo de ideias e tendências, até mesmo por ser tratar de um curso de ciências humanas, mas não, quase não há cadeiras que debatam a sexualidade, antropologia e a subjetividade são duas ou três de forma mais contundente.

Apenas um docente tratou de assuntos relacionados com a sexualidade, identidade de gênero e de sexo em toda a minha passagem acadêmica. Estudioso este que convidei para ser justamente o meu orientador, o professor Denílson Lopes. Lembro-me de termos debatido bastante em aula (respaldados por muitos livros e textos) os conceitos de pertencimento, devir, ser, estar, sexo, sexualidade, modernidade, cinema etc. Fora isso, a questão da homossexualidade, da transgenia, do erotismo, por exemplo, só estiveram expostas para debate “além-classe”, quando foram organizadas três semanas de debates exclusivos sobre as mais variadas questões do mundo LGBT: as chamadas Semanas da Diversidade Sexual da ECO¹.

Realizadas pelo PET (Programa de Educação Tutorial) da Escola de Comunicação, estas semanas - 2006, 2007 e 2008 - continham uma diversidade bem interessante de temas e palestrantes, dentre deles pesquisadores, gestores públicos, ativistas do movimento LGBT, travestis e transformistas²; e os debates variavam entre aceitação, homofobia, saúde, AIDS, direitos civis, transexualidade, feminismo e o papel do Estado. Durante esses três anos observei que, por mais que tivesse ali uma semana especificamente voltada para a discussão de temáticas LGBT, por mais que houvesse uma boa divulgação e por que a estrutura dos encontros fosse bem pensada e organizada, havia quase que nenhum interesse por parte dos alunos da Escola (e porque não falar também de toda a universidade) e dos docentes pelas. Quando o auditório do Fórum de Ciência e Cultura enchia era porque ou algum professor liberou os alunos das aulas, desde que assistissem aos debates ou porque havia algum palestrante conhecido, como foi o caso do então escritor, professor

¹ Disponível em: http://www.webtv.ufrj.br/?option=com_content&task=view&id=364&Itemid=

² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Transformista>

universitário e militante da causa gay Jean Willys (hoje em seu primeiro mandato como deputado federal pelo PSOL/RJ).

Pois bem, resumidamente, observei que a faculdade, o corpo docente e os alunos (mesmo aqueles assumidamente gays, lésbicas e bissexuais) como um todo não estavam envolvidos com a inclusão da diversidade sexual na grade e no calendário acadêmico. Prova disso é que no ano seguinte em que seu maior organizador e articulador se formou pela ECO, em 2009, não houve mais nenhuma outra Semana da Diversidade. Preocupado com esta constatação, juntamente com a informação de que a comunidade intelectual da UFRJ (diferentemente da UERJ) estava longe de produzir monografias, dissertações e teses condizentes com o porte desta instituição de ensino, resolvi trabalhar com alguma questão LGBT. Queria contribuir para que atual e futuramente, outras pessoas se interessem pelo estudo do movimento e que sejam fomentadas ainda mais as discussões dentro da academia para as questões de gênero e sexo.

Para que a monografia não ficasse muito abrangente, complexa ou que fosse muito trabalhosa, decidi me ater ao Rio de Janeiro, que, em minha opinião, passa por um grande, inédito e positivo momento de segregação social em várias esferas, inclusive com relação à população LGBT.

Até 2010, antes de ter feito um intercâmbio acadêmico de seis meses na cidade do Porto, em Portugal, eu já vinha notando em mim um interesse em saber como era possível haver tantos spots de rádios, busdoor, outdoor e chamadas televisivas custeadas pelo governo estadual e municipal em uma sociedade absolutamente hipócrita, sexista, machista e conservadora. Fiquei surpreso ao ouvir as pessoas falando sobre sexualidade e preconceito nas ruas, notava que as peças publicitárias surtiavam um efeito inédito e imediato sobre a consciência dos cidadãos. Enxerguei toda aquela mudança como algo positivo para que militância e, principalmente, governantes comesçassem a mudar a realidade marginal a que estavam sujeitos milhares de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que vivem no Rio, um estado onde existem elevados índices de crimes cometidos por intolerância sexual (homofobia).

Assim que voltei de viagem, infelizmente precisei pedir aconselhamento jurídico e social no Centro de Referência da Cidadania LGBT da capital, serviço fundamental do Programa Rio Sem Homofobia que é oferecido gratuitamente no prédio da Central do Brasil. Vitima de agressão física absolutamente gratuita de cerca de seis homens nas imediações do Morro da Conceição, orientei um grande amigo para registrar o ocorrido no programa do estado, para que aquele ato de violência banal não caísse no esquecimento, como tantos outros. Foi a melhor coisa que poderíamos ter feito, pois fomos atendidos dignamente desde a recepção do edifício até o advogado do Centro de Referência. Sai de lá com ainda mais esperanças de que além de grandioso e humano, naquele lugar se trabalhava sério em prol da comunidade LGBT.

Este trabalho de conclusão de curso irá acompanhar esta minha missão pessoal de conhecer e entender como funciona o Programa Rio Sem Homofobia, mas antes disso, eu que sempre enxerguei a comunidade e a causas gays muito de longe, apesar de sempre ter sido um defensor irredutível dos direitos LGBT e do respeito às diferenças, precisaria conhecer a história do movimento. Saber como e em que momento os militantes homossexuais começaram a ir para as ruas, praças e palcos da vida para brigar pela garantia de direitos iguais e pelo fim da violência de cunho homofóbico; saber quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pelos primeiros ativistas políticos, aqueles homens e mulheres que não agüentavam mais viver reprimidos e tratados como marginais mesmo sendo contribuintes como qualquer outro cidadão que gozava de amplos direitos; além de entender porque a militância teve de se organizar e se politizar para começar a ter voz na sociedade e na política eram algumas das informações que eu deveria ter em mente para orientar minha compreensão do que está acontecendo com a comunidade LGBT nos dias atuais.

O primeiro capítulo deste trabalho tratará especificamente do passado histórico do movimento homossexual nacional e fluminense. Dividirei este capítulo em três tópicos e no primeiro deles verei quais foram as forças que influenciaram o surgimento do movimento LGBT brasileiro a partir da década de 70. Quando, porque e de que maneira gays, lésbicas e transgêneros começaram a sair de seus guetos (clubes, saunas, cinemas e encontros secretos uns nas casas dos outros) para lutar por direitos iguais.

Inspirados pelo movimento gay de Nova Iorque e São Francisco (EUA), onde, pela primeira vez, homossexuais se organizaram para enfrentar a truculência policial, dando um basta no tratamento preconceituoso que o governo e a sociedade conservadora da época davam aos LGBT (o marco deste começo, a Revolta de Stonewall, que explico mais abaixo, ocorreu em 1969), alguns brasileiros, aqueles mais instruídos e que podiam viajar para os EUA e para a Europa, voltavam para cá com o objetivo de criar um movimento LGBT em nosso país semelhante ao que havia lá fora.

Ainda neste capítulo, dividirei o Movimento Homossexual Brasileiro em três ondas, assim como faz a pesquisadora Regina Facchini, autora do livro “Sopa de Letrinhas”, publicado em 2005. A primeira (que foi de 1978 a 1984) foi marcada pelo surgimento do primeiro grande jornal gay do país, o *Lampião da Esquina* e do grupo SOMOS-SP, o primeiro a tratar especificamente dos assuntos de relevância para a comunidade LGBT, influenciando o surgimento de novos grupos e líderes engajados na luta pelos direitos civis e da liberdade sexual desta minoria. A segunda fase (de 84 a 1992) se destacou pelo choque ideológico e moral causado pela epidemia de HIV/AIDS em todo o país, fato que minou o movimento, exterminando ativistas, grupos, fato este que também fez aparecer uma nova militância que se posicionasse a favor da diversidade de sexo e gênero, que discutisse prevenção e DST e que começasse a se aliar com o governo para que menos pessoas

morressem de AIDS e para que a sociedade mudasse sua visão sobre a diversidade sexual. A terceira onda, que vai de 1992 até hoje, já demonstra um movimento muito mais maduro, unido e politicamente engajado, lutando pelos direitos civis LGBT de forma pacífica através da aliança com os três poderes e da sociedade como um todo. É a fase do estreitamento de laços com o Estado e da quebra de paradigmas dentro e fora do movimento que dificultavam a conquista de direitos.

Como era o estado que centralizava boa parte das mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais do Brasil, o Rio de Janeiro serviu de palco em diversos momentos importantes do movimento gay (como a primeira Parada LGBT do país, em 1995) e seus ativistas foram fundamentais para o sucesso dessas empreitadas. O último tópico deste capítulo vai explicar porque o Rio foi e ainda é um pólo de importantes conquistas para a comunidade LGBT. Todo este primeiro capítulo contou com dados e informações das pesquisas realizadas por importantes estudiosos da história dos movimentos homossexuais: o professor da Universidade de Brown (EUA), James Naylor Green, citado em 100% dos estudos sobre as temáticas LGBT e a pesquisadora da UNICAMP Regina Facchini, também citada em todos os trabalhos acadêmicos consultados. Uma espécie de palestra dada por Toni Reis, militante mais famoso do movimento, também será usada para a construção deste texto.

O Capítulo de número 3 apresentará o Programa Rio Sem Homofobia em toda a sua abrangência, complexidade, estrutura, metas e números. Será dado destaque para o grande investimento do governo do estado do Rio de Janeiro; à grande quantidade de serviços prestados (em que qualquer cidadão, gay ou heterossexual, pode usufruir quer seja por conta de agressões, buscando estudar sobre ativismo LGBT, se interessam por direitos civis de minorias sociais etc); a grande diversidade de projetos em atividade; o estabelecimento de metas ousadas para estender os trabalhos para todas as regiões do estado, além da aproximação entre o Programa, a militância independente, a sociedade como um todo e membros dos três poderes, o que vem resultando na sanção de novas e modernas leis e políticas públicas que atendem a alguns anseios dos cidadãos desta minoria social (como foi o caso da articulação do governo do Rio no STF, em 2011, para a aprovação da união estável entre cidadãos do mesmo sexo).

O capítulo 4 analisará Claudio Nascimento, coordenador do Rio Sem Homofobia. Quando, como e porque ele começou a militar, como chegou o convite para se integrar ao corpo do Estado e qual é o peso e a importância da sua presença, seu trabalho para a pasta, são questões que serão analisadas neste estudo.

O quinto e último capítulo desta monografia será justamente o da análise crítica de todo o programa. Nele será observado o funcionamento de todos os projetos, eventos e resultados alcançados até agora, além das metas que foram traçadas para o próximo ano de 2013. Para que o programa colha bons frutos, é necessário ver se todas as suas iniciativas conseguem interferir direta

ou indiretamente na qualidade de vida da comunidade LGBT fluminense e o que elas significam para esta minoria. O que for raso, ruim e desinteressante para a comunidade será destacado, bem como poderá ser sugerido novos projetos que venham a contribuir para o êxito da missão do programa.

A pesar de não ter tido tempo hábil (por conta da dificuldade de arrumar tempo para visitar mais vezes sede do Programa e também por causa da minha contratação na empresa em que eu estagiava), para acompanhar de perto como se dá a execução prática de cada serviço e para comparar as mudanças das estatísticas sobre intolerância sexual no Disque LGBT e Centros de Referência, acredito que conseguirei atingir o objetivo de esmiuçar e analisar todo o Programa Rio Sem Homofobia sobre a perspectiva daquela (e) cidadã (ão), que sofre na pele e na consciência o que é ser gay, lésbica, bissexual, transexual e travesti em uma sociedade ainda bastante preconceituosa como a nossa.

Depois de mais de 12 meses de entrevistas (incluindo a senadora Martha Suplicy, a advogada Berenice Dias e o coordenador da diversidade sexual no município Carlos Tufvesson), de cinco idas à sede do Programa, de trabalhos paralelos feitos para outras disciplinas, de pesquisas na internet e de livros lidos, acredito que este trabalho possa ser um grande contributo para a comunidade LGBT fluminense e de todo o Brasil.

2- A MILITÂNCIA LGBT

Para analisar a fundo o objeto central deste estudo – o Programa Rio Sem Homofobia do governo do estado do Rio de Janeiro, criado em 2007 – é de extrema importância que se conheça o histórico da militância LGBT brasileira e fluminense, até mesmo para começar a perceber de que maneira o ativismo que vem desde os anos 70 se reflete no programa.

A escolha por não apresentar aqui o histórico da militância homossexual no mundo, se deve a dois motivos. Primeiro porque os acontecimentos mais relevantes da comunidade gay norte-americana, a partir do final da década de 1960, inevitavelmente serão citados ao longo do histórico da militância LGBT brasileira, visto que as lideranças nacionais foram influenciadas diretamente por estas conquistas. Segundo porque, os demais fatos que aconteceram ao redor do mundo não foram tão influentes para o movimento nacional e fluminense quanto os que ocorreram nos EUA e na Europa.

2.1- Fatores que antecederam o surgimento das primeiras organizações LGBT

Antes mesmo de se apontar um momento histórico para o surgimento do movimento homossexual organizado no Brasil, é necessário que se observe um conjunto de fatores que, juntos, possibilitaram a criação dos primeiros grupos especificamente voltados para a defesa dos direitos civis e humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais em todo o país.

O historiador brasilianista³ James Naylor Green (especialista em estudos sobre diversidade sexual e de gênero e professor da Universidade de Brown - EUA) em seu livro “Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX” (1999), cita e analisa as modificações ocorridas no cenário político, econômico, ideológico, e cultural no Brasil e no mundo nas décadas de 60 e 70. Green começa falando de 1968, ano em que foi decretado o AI-5, quando a Ditadura Militar disseminou o medo e o pessimismo sobre todo o país; depois segue observando o período do “milagre econômico” (1968-1973) e da vitória da seleção na Copa do Mundo do México, em 1970; e termina com o fim do regime autoritário, após as crises externas do petróleo e das altas galopantes da inflação nacional e da pressão dos movimentos sociais organizados contra o governo.

Apresentando-se como uma minoria social a parte, os homossexuais – assim como os negros, mulheres e outros grupos – ao mesmo tempo em que estavam inseridos em toda a conjuntura socioeconômica daquela época, sofriam física e psicologicamente ainda mais por se desvirtuarem da norma dominante da moral e dos bons costumes (para o senso comum, uma pessoa normal deveria ser heterossexual, fiel e monogâmica). A partir de 1978, se opondo ao autoritarismo

³ Estudioso de assuntos brasileiros. Disponível em: <http://pt.wiktionary.org/wiki/brasilianista>

da Ditadura e ao moralismo do senso comum cristão, diversos movimentos de minorias, se organizaram e começaram a surgir, como das feministas e dos gays, lutando contra o sexismo e a cultura dominada pelo machismo, aproveitando o “espaço de oportunidade” aberto pelos grupos de esquerda, estudantes e de operários.

Depois de apresentar brevemente o contexto histórico em que MHB (Movimento Homossexual Brasileiro, como costuma abreviar Regina Facchini, pesquisadora da UNICAMP sobre os movimentos sociais do campo da antropologia, abordando gênero e sexualidade) nasceu, enumerarei aqui os fatores/forças que, desde o final dos anos 60, segundo James Green, foram cruciais para o surgimento dos primeiros grupos organizados de homossexuais, primeiramente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Primeiro: A liberdade de funcionamento – mediante constantes subornos de policiais - dos primeiros bares, discotecas, saunas e cinemas destinados especificamente ao público gay a partir de 72. As boates Sótão (Rio) e Metrópole (SP) estavam sempre cheias de gays, lésbicas, “héteros” e turistas. Havia um certo interesse, por parte do regime, em evitar com que mais um segmento social se rebelasse contra a ordem daquele sistema.

Segundo fator: A visibilidade crescente de travestis e michês⁴ pelas calçadas do Rio de Janeiro e de São Paulo também foi outra mudança significativa na paisagem homossexual urbana no começo dos anos 70. De um lado, mais pessoas estavam sendo beneficiadas pelo milagre econômico e poderiam pagar por sexo. Por outro, homens das classes menos favorecidas eram tentados a exercer a prostituição. Já as travestis, desde meados de 1960, trabalhavam nos clubes gays fazendo shows, suscitando nos homens heterossexuais - ou nos homossexuais enrustidos - um certo prazer em admirar outro homem vestindo e assumindo uma aparência feminina. Também foi na década de 70, que diversos garotos de programa e travestis foram tentar a vida na Europa e EUA.

Terceiro: Constantemente importunados pela censura e fortemente influenciados pela onda internacional da contracultura, artista, escritores e músicos desafiaram as normas e os valores hegemônicos do “sistema” com o uso de drogas, rejeição à sociedade de consumo e dos códigos sexuais. Grupos e artistas como Dzi Croquettes (fundado em 1972 no Rio de Janeiro), Ney Matogrosso (que surgiu em 73, com o grupo Secos & Molhados) e os Tropicalistas (que surgiu em 67, mas que foi mais influente no começo dos 70) “usavam o desvio de gênero e a androginia para desestabilizar as representações padronizadas do masculino e do feminino” (GREEN, 1999 : 409). Durante este período, peças teatrais e livros contendo a temática homossexual começaram a surgir uma atrás do outro, escapando da censura. Em 1966, Nelson Rodrigues publicou “O beijo no asfalto”, uma comovente história em que um homem beija na boca de outro rapaz que acabara de sofrer um grave acidente de trânsito, o que para a cena cultural brasileira representou uma grande mudança - estava surgindo ali mais um épico drama escrito nada mais, nada menos do que por

⁴ O mesmo que garotos-de-programa: aqueles que praticam relações sexuais em troca de dinheiro.

Nelson Rodrigues. Também marcaram este período de grande produção artística e literária voltada ao público LGBT, a peça de Fernando Mello “Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá”, que estreou em 1974 no Rio de Janeiro e ficou em cartaz por muitos anos; a antologia “Histórias do amor maldito” (1967), que continha 36 contos de diversos autores brasileiros sobre temas que iam desde o adultério à homossexualidade; e “A Meta”, um livro do artista plástico Darcy Penteado que afrontava a moral da época já em sua capa (era a foto de um “gay macho”, bonito e sem camisa, com a calça jeans parcialmente aberta) até o relato autobiográfico das aventuras sexuais do autor. James Green sinaliza que esta obra de Penteado foi tão inovadora na abordagem escancarada da vida sexual e afetiva dos gays e na desconstrução do estigma físico do homossexual frágil, que, depois da sua publicação, o grupo dos mais engajados do “gay power” de São Paulo nunca mais foi o mesmo (GREEN, 199 : 416).

Quarto fator: Maior acesso às informações do movimento politizado e organizado de gays e lésbicas pelo Brasil e, principalmente, pelo mundo. Reportagens falando sobre a exemplar atuação dos militantes do “Gay Power” de São Francisco (1969) e da marcha em Nova York (1970), organizada pela Frente de Libertação Gay, foram publicadas em veículos impressos de grande circulação, como no *Jornal da Tarde* e *O Globo*, em colunas destinadas ao conteúdo LGBT, como a “Coluna do Meio” do respeitado militante do movimento e jornalista do *Última Hora*, Celso Curi, e em periódicos alternativos como o *Já*, dissidente do *O Pasquim*, que também possuiu um coluna gay de grande repercussão, a “Gay Power”, assinada por Sylvio Lamenha.

Quinto fator: Em dezembro de 1976, inspirados pelo talento e alcance dos trabalhos de Celso Curi (que já era uma celebridade no ambiente da subcultura gay do Rio e São Paulo e considerado o “primeiro porta-voz dos homossexuais brasileiros”, como conta J.N.Green) e outros jornalistas, diversos profissionais de imprensa e antigos membros e leitores do *Snob* (primeiro impresso assumidamente gay do Brasil, que foi lançado no Rio de Janeiro em 1963 e se dissolveu em 69 na fase aguda da repressão militar) fundaram o *Gente Gay* – o fato de o termo “gay” estar presente no título já demonstra uma maior aproximação com os movimentos LGBT internacionais – o *Entender* (77) e o *Mundo Gay: O jornal dos entendidos* (77). Todos eles começaram com um perfil mais caseiro e popular, com muito humor, reportagens sobre os desdobramentos do movimento gay nos mundo, e a divulgação de bares, filmes, e eventos culturais em geral, mas meses depois acabavam encerrando suas atividades. É que, segundo apontam os pesquisadores da imprensa LGBT Fabio Ronaldo Silva e Rosilene Dias Montenegro (ambos da Universidade Federal de Campo Grande), em todas essas empreitadas faltava aos editores habilidades jornalísticas e administrativas para gerir o crescimento do negócio.

O sexto, e último, fator citado por Green como fundamental para que o MHB desse seus primeiros passos vai falar de algo mais subjetivo. Também por volta dos anos 70, uma nova

identidade começou a tomar conta da subcultura homossexual nas duas principais capitais do Sudeste. Segundo James, os periódicos gays alternativos, bem como algumas obras intelectuais e artísticas daquela época promoveram esta identidade, que se funde na palavra “entendido”. Segundo as próprias palavras de Green - mencionando Peter Fry como outro observador desta novidade no campo da construção de identidades na homossexualidade – o entendido “estava menos vinculado a papéis de gênero hierarquizados e adotava o conceito de uma relação sexual mais igualitária entre parceiros. Além disso, a própria noção de relações sexuais “ativas” e “passivas” adquiria maior fluidez” (1999 : 425). Antes dos anos 70, o senso comum de fora e de dentro da comunidade sobre suas identidades só classificavam os gays como “bicha” e “bofe” (o afeminado e passivo, e o masculinizado e ativo, respectivamente).

Corroborando este dado, podemos relembrar aqui da capa do livro “A Meta”, de Darcy Penteado, que reúne em uma só imagem esta mudança sobre a identidade do que é ou não é ser gay, de como se distingue física e intelectualmente o “passivo”, do “ativo” e do “versátil” e, mais ainda, onde começava a masculinidade e começava a homossexualidade.

A masculinidade já não era mais dissociada da homossexualidade. Em vez de ser “isso” ou “aquilo”, podia ser ambos. Mas isso não quer dizer que um sistema sexual substituiu o outro. O surgimento de um novo modelo coexistia com a polaridade bicha/bofe [...] os homossexuais de áreas rurais e das classes mais baixas, com menor acesso a modelos alternativos, tendiam a reproduzir a construção bicha/bofe. (GREEN, 1999 : 427)

2.2- O Movimento Homossexual Brasileiro

Como há um certo consenso entre os autores que pesquisam sobre o histórico do movimento gay brasileiro (Regina Facchini, James N. Green, João Silvério Trevisan, dentre outros estudiosos) de que não há como saber exatamente o que cada organização fez e quantas delas existiram entre as décadas de 70 e 90, e como alguns grupos estavam ora na vanguarda do movimento, ora afundados em crises políticas e econômicas, decidi desenvolver este tópico usando a mesma metodologia utilizada por Regina Facchini. Ela divide o MHB em três ondas ou fases, onde cada uma delas apresenta um panorama político e social que influenciou o movimento gay organizado de maneiras distintas. Todos os demais autores que não fazem uso deste tipo de recurso para diferenciar o conjunto de ações internas e externas que influenciaram os grupos LGBT de acordo com a conjuntura histórica, terão suas análises interpretadas e enquadradas por mim em cada uma das três “ondas”.

A primeira, que vai da segunda metade da década de 70 a 1983, período final da Ditadura Militar e da redemocratização do país. Segundo Regina Facchini, nesta fase, o movimento

homossexual no Brasil estava engajado primeiramente na transformação da sociedade em geral, ligando-se ao movimento negro e feminista. Deixando para trás a posição receosa de uma grande parte dos homossexuais de se fecharem nos “guetos” até meados de 1970, o movimento gay agora definia seu projeto de politização sobre a questão da homossexualidade. Observa-se neste mesmo momento que, entre os militantes mais engajados (aqueles que discordavam do recolhimento nos guetos), já havia uma grande tensão entre os que eram favoráveis à aliança do movimento gay com os grupos de esquerda comunista que lutavam pela democracia, igualdade e liberdade, e aqueles a favor de que o foco do movimento fosse voltado apenas para as causas gays. Os homossexuais mais atuantes desta época (quase não existiam lésbicas militantes) tinham posicionamentos muito diferentes entre si, evidenciando uma imaturidade política e uma desunião que comprometia a ampla conquista de direitos.

A partir de 1976 foram criados alguns “grupos de discussão”. O primeiro deles surgiu em São Paulo, organizado pelo escritor e militante João Silvério Trevisan, que vivera nos Estados Unidos no início dos anos 70 e esteve em contato com o movimento de liberação gay de São Francisco. Nestes grupos, onde os universitários eram maioria, tentava-se desconstruir os estigmas que existiam dentro da própria comunidade, esvaziando o caráter pejorativo de palavras e referências como “bofe”, “bicha” e “lésbica” com base nas trocas de experiências pessoais e na leitura de textos específicos e notícias sobre o movimento gay pelo mundo.

Um ano depois, a situação política já estava bem melhor. No fim de 1977, Winston Leyland, editor de um dos maiores periódicos da militância gay norte-americana, o jornal *Gay Sunshine*, veio ao Brasil coletar textos da literatura gay nacional. João Antônio Mascarenhas (co-fundador do grupo Somos), que conhecia o trabalho do americano desde 1972, foi seu anfitrião no Rio e aproveitou a presença de Leyland para agendar entrevistas do editor com a nossa imprensa, nas quais ele falaria sobre o vitorioso movimento gay dos EUA. Fica evidente aqui que para os primeiros passos do MHB da “Primeira Onda” o contato com movimento gay internacional – via auto-exílio, leitura e viagens – foi um fator determinante. Depois dos encontros com Leyland, alguns intelectuais militantes, decidiram fundar o primeiro jornal voltado para os homossexuais no país.

Produzido no Rio de Janeiro e batizado de *Lampião da Esquina* (título que ironizava o machismo brasileiro), seu primeiro número foi publicado em abril de 1978. O impresso contava com importantes nomes da militância gay brasileira, como o antropólogo Peter Fry, o escritor Darcy Penteado e intelectuais como João Silvério Trevisan e João Antonio Mascarenhas. Com uma postura sempre rebelde e debochada, o *Lampião da Esquina* defendia a necessidade de se ter um movimento organizado, cujo objetivo deveria ser o de proteger cada indivíduo da comunidade gay das ações arbitrárias e conservadoras do governo, além de combater firmemente os atos homofóbicos na sociedade brasileira. Segundo Elaine Zanatta (pesquisadora e organizadora do

Arquivo Edgard Leuenrth, da Unicamp⁵) o jornal conclamava os gays a saírem do isolamento, a se aceitarem como eram e a lutarem pelos seus direitos e contra o preconceito. Já nesta fase, as identidades pessoais também começavam a se cristalizar em cada indivíduo da comunidade.

Logo depois da circulação dos primeiro números do jornal em todo o país, alguns militantes gays de São Paulo se organizaram em um “grupo de discussão” chamado de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais que, mais tarde, evoluiria para a fundação da primeira entidade organizada de defesa dos direitos dos homossexuais: o grupo SOMOS⁶ (1978), formado apenas por homens. O modo de atuação deste grupo logo se tornou um modelo para todos os outros que surgiram em seguida no país. Edward MacRae, pesquisador e escritor especializado em militância gay brasileira e identidades LGBT, lista algumas das características do grupo: tomada de decisões por consenso para não se criar uma ditadura da maioria, defesa dos interesses legítimos dos gays e o combate das assimetrias entre homens e mulheres, bem como a polarização ativo/passivo e dos estereótipos afeminado/masculinizado. Percebe-se que o ideário do grupo contribuiu em muito para que muitos gays e lésbicas passassem a ter orgulho de suas particularidades sexuais, já que o SOMOS sempre usava a troca de experiências e ideias como forma de unir as diferenças e reconsiderar os paradigmas sexuais até então estabelecidos.

James Green cita ainda um debate público promovido, em 1979, pela USP sobre o cenário do movimento da minoria homossexual como “uma verdadeira saída do armário” do movimento LGBT brasileiro. “Pela primeira vez, as lésbicas poderiam falar abertamente em público sobre a discriminação que sofriam. Os estudantes gays se queixavam de que a esquerda brasileira era homofóbica.” (1999 : 433). Deste debate, surgiu a militância lésbica no SOMOS. Aos poucos, sobretudo nos primeiros anos de 1980, década em que inúmeros grupos LGBT foram criados, nota-se que o movimento homossexual se desvinculava dos movimentos civis de esquerda por conta das diferenças de postura política.

A Ditadura Militar, por sua vez, insistia em reprimir as primeiras articulações organizadas dos militantes homossexuais e seguia censurando seus jornais, revistas e recolhendo documentos das entidades (atas, textos diversos, correspondências, detalhes das atividades financeiras e políticas etc). A repressão chegava diversas vezes aos extremos da violência, da sabotagem e da intimidação. O próprio *Lampião da Esquina*, afirma Green, foi ameaçado de fechar suas portas, quando os militares quiseram que fosse feita uma auditoria das suas finanças ou mesmo que fosse criada uma nova cláusula na lei de imprensa. Intelectuais, artistas e militantes (sobretudo membros do SOMOS) agiram em defesa do jornal e fizeram com que o governo parasse com a auditoria e retirasse as

⁵ Considerado o maior acervo de documentos e publicações sobre o movimento LGBT brasileiro. Disponível em: http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/

⁶ Este nome foi dado em homenagem a uma publicação do movimento homossexual [argentino](#) que teve circulação entre 1971 e 1976.

acusações contra os fundadores da publicação. Mesmo que não fossem os alvos prioritários das garras do regime (arquivos do DOPS revelam que o aparato repressivo ignorava o ativismo LGBT).

No final de 1979, já começaram a ser organizados os primeiros encontros entre indivíduos e grupos gays militantes. Na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, o I Encontro de Homossexuais Militantes, contou com a presença de 61 pessoas, somente homossexuais (segundo um boletim do Grupo Gay da Bahia, publicado em 1993). Destaco duas resoluções deste encontro: 1ª) deveria ser reivindicada a inclusão, na Constituição Federal, o respeito à “opção sexual” (hoje usa-se o termo “orientação” como mais adequado). 2ª) Deveria se lutar para que a homossexualidade fosse retirada da lista de doenças mentais.

Diversos outros encontros entre grupos, associações e militantes sem vínculo com qualquer entidade LGBT foram realizados. Dessas reuniões, defensores de diferentes ideias e opiniões se enfrentavam a todo momento, inclusive levando as divergências ao extremo da agressão física. O Grupo Lésbico-Feminista (GALF), único de São Paulo a se manter ativo na militância até os anos 90, quando virou uma ONG, surgiu depois de um racha do SOMOS, para se ter uma ideia do clima tenso que havia nesses encontros. Eram frequentes as rupturas, os escândalos, a fundação de movimentos e grupos independentes e até mesmo as reconciliações de militantes.

Outras características que marcaram esta Primeira Onda do MHB podem ser citadas. Uma delas foi a rejeição vigorosa, por parte da maioria dos militantes, do uso do termo “gay” no nome dos grupos e periódicos, pois isso significava uma falta de identidade de todo o movimento homossexual brasileiro com as peculiaridades da nossa cultura. Diversos profissionais da área médica, sexólogos e acadêmicos começavam a apresentar um posicionamento à ideia de que a homossexualidade não seria uma patologia, como categorizava o Ministério da Saúde⁷ (através do Inamps, até 1985) e a OMS (no dia 17 de maio⁸ de 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais), mas como mais um tipo de comportamento sexual possível entre os seres humanos. A tensão no movimento continuava aumentando na medida em que novos grupos iam se formando, novas notícias da comunidade gay internacional chegavam e o regime militar ia entregando os pontos.

Os militantes não conseguiam chegar a um consenso em relação a diversos pontos. Uma das provas disso foi a séria cisão que houve no grupo SOMOS em 1980: uma minoria que era contrária à aliança com a esquerda deixou o grupo e criou o Outra Coisa. O jornal *Lampião da Esquina* encerrou suas atividades em junho de 1981 (consequência direta da briga entre o periódico e o MHB, além de não ter conseguido se livrar do perfil de jornal militante quando deveria estar voltado para o consumo de massa, segundo Regina Facchini (2005 : 103). Em 1983 foi a vez do

⁷ Esta decisão do governo federal foi influenciada pela decisão anterior, no mesmo ano de 1985, do Conselho Federal de Psicologia, que deixou de considerar a homossexualidade como um desvio sexual.

⁸ O dia 17 de maio é considerado como o Dia Mundial de Combate à Homofobia.

SOMOS ter um fim por conta de problemas financeiros e da dificuldade de atrair novos membros.

A “Segunda Onda”, que vai de 1984 a 1992, foi marcada por um esvaziamento do movimento de militância gay, no sentido de conquistar direitos para os LGBT por conta do avanço do HIV/AIDS. O avanço vertiginoso no número de homossexuais infectados aumentou ainda mais o grau de preconceito da opinião pública, que julgava a AIDS como “câncer gay”, coisa de gente promíscua. Como tudo que estava relacionado ao vírus era muito novo e inusitado, não havia ainda um parecer científico confiável que pudesse refutasse essa impressão preconceituosa da sociedade.

A epidemia fez não só com que as propostas de liberação sexual do movimento se tornassem inviáveis, mas também com que alguns líderes se desvinculassem de seus grupos para se aliar ao poder público, buscando soluções práticas para frear o avanço da doença e fortalecer o movimento através de apoios governamentais (este foi o primeiro momento histórico de união entre o movimento LGBT e o Estado, aliança que chegou ao século XXI muito mais forte e amadurecida).

A tendência é ter organizações mais formais, já não há mais rotatividade de direções, mas diretorias com cargo e funções definidos. O GGB (Salvador) e o Grupo Triângulo Rosa (Rio) são os primeiros a se formalizarem legalmente [...] Outra mudança importante desse período é a adoção do termo “orientação sexual”, de modo a deslocar a polarização acerca da homossexualidade pensada como uma “opção” ou como uma “condição” inata. (FACCHINI, 2011 : 188)

Nota-se que neste período, os grupos de movimento LGBT brasileiro se fortalecem nas suas bases de luta, de politização e de organização e partem para o diálogo com os agentes de poder. O número de entidades organizadas diminuiu na sua quantidade, mas cresceu expressivamente no volume de conquistas importantes para esta minoria, que agora começava a ter uma vida mais digna, assistida e compartilhada por seus pares. “Não se tratava de um declínio no movimento, mas de uma drástica redução do número de grupos e da intensificação da atividade de uma nova geração de militantes” (FACCHINI, 2005 : 101).

O final da ditadura criou uma série de dificuldades para que os grupos homossexuais continuassem a atuar, principalmente aqueles com um perfil mais antiautoritário e comunitarista. Muitos deles não souberam se adaptar ideológica e politicamente ao novo cenário de luta. O fim do *Lampião* é visto por muitos militantes da época como um fator que foi determinante para o fechamento de várias entidades gays, visto que o periódico alimentava os membros mais engajados de informações do movimento nacional e internacional, fornecendo um modelo de militância a se seguir, além de estabelecer uma certa coesão no MHB.

Foi durante a “Segunda Onda”, dentro desta tendência de surgimento de grupos gays mais formais e desvinculados de partidos políticos, que foram fundadas duas das mais representativas e atuantes entidades: o GGB (Grupo Gay da Bahia) e o Grupo Triângulo Rosa (Rio de Janeiro). O

primeiro foi criado por Luiz Mott, que interrompeu uma formação que o conduziria à vida religiosa nos anos 60, para mudar radicalmente de posição ideológica e profissional quando cursou Ciências Sociais na UFBA. No final daquela mesma década, Mott voltava ao Brasil após estudar um ano na França. Lá, Luiz Mott pode confirmar sua condição homossexual e ter os primeiro contatos com textos especializados. Quando voltou para o Brasil, em 1979, Luiz publicou um anúncio no jornal *Lampião da Esquina* conclamando os gays mais engajados do estado da Bahia a fundarem o primeiro grupo LGBT em Salvador. Nascia assim, em 1980, o GGB (que até hoje ainda é um dos mais participativos e engajados grupos de militância homossexual de todo o Brasil).

O Grupo Triângulo Rosa foi fundado em 1985 pelo gaúcho João Antônio Mascarenhas, quando este já morava há anos no Rio de Janeiro (desde sua mudança Mascarenhas já tinha consciência da sua orientação sexual). No começo dos anos 70, já bem informado dos acontecimentos do movimento gay internacional (conhecia João Silvério Trevisan, ligado ao Gay Liberation/EUA e lia diversos livros e textos sobre ativismo gay) e tomado por um sentimento de revolta com a hipocrisia da sociedade brasileira com relação a homossexualidade (para a maioria da população o gay enquanto enrustido tinha o aceite social), Mascarenhas recebe seu colega e militante gay, o editor da revista norte-americana *Gay Sunshine*, Winston Leyland, para compartilhar com as lideranças do movimento gay brasileiro toda sua experiência de luta, o que acabou levando a criação do primeiro jornal da militância gay no Brasil (o *Lampião da Esquina*).

O objetivo do jornal era fomentar o surgimento de um movimento homossexual legítimo no país, o que acabou acontecendo. No início dos anos 80, Mascarenhas conhece Luiz Mott, do GGB, e começam a trabalhar juntos, um no Rio e outro em Salvador. Em 1985, já com bastante experiência na gestão de um grupo gay sério, João Mascarenhas se desliga do GGB e funda o Grupo Triângulo Rosa.

Tanto o perfil de seus fundadores, quanto à forma de atuação desses dois exemplos de grupos nascidos na segunda fase do MHB, dizem muito sobre a diferença desde período dos demais. Primeiro porque apresenta lideranças fortemente instruídas e engajadas que fundaram seus grupos com muito menos envolvimento com grupos político-revolucionários. Diferentemente dos grupos da “Primeira Fase”, que tinham projetos de transformação da sociedade como um todo, entidades como o Triângulo Rosa agiam de “forma mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigida aos homossexuais” (FACCHINI, 2005 : 111).

Os grupos que surgiram nesta época, em sua maioria, eram muito mais abertos às influências dos movimentos internacionais. Não só aceitavam e usavam termos como “gay” nos seus discursos, como até chagavam a se filiar à associações internacionais (o Grupo Triângulo Rosa era filiado à Ilga – International Lesbian and Gay Association). Outra diferença marcante com o período anterior

está na preocupação dos grupos de se terem sede própria e de registrar oficialmente sua existência (os dois exemplos de grupos que usei acima foram reconhecidos e legalizados em 1985) e, além do direito de associação, essas organizações tinham agora uma personalidade jurídica para lutar pelos direitos civis dos LGBT.

Vale lembrar aqui que 1985 foi o ano em que a sociedade e as casas legislativas federais discutiam propostas para a Constituinte e que membros de alguns grupos LGBT estavam presentes neste momento batalhando para que o novo texto fosse taxativo contra a discriminação por orientação sexual. Outra mudança bastante representativa para o MHB na época foi a retirada da homossexualidade, em 1985, da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina (cinco anos antes da OMS fazer o mesmo).

Bem articulados e politicamente envolvidos com o governo, alguns grupos como o GGB e o Atobá (fundado em 1985 no Rio), começaram a atuar contra a epidemia da AIDS, construindo uma resposta coletiva à doença. Para Regina Facchini, “a necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos “marginais” passa a ser uma característica bastante presente na “segunda onda” do movimento.”(2005 : 118). A década de 90 surgiu com o drama e o pânico social com relação ao avanço do número de infectados pelo HIV e o governo brasileiro teve que tomar suas providências investindo fortemente na criação de pastas específicas para o controle da epidemia. Mas, para se conter o avanço da doença, era preciso que se conhecesse as formas de transmissão, quais eram as pessoas, idades e regiões populacionais mais atingidas e se delimitasse as práticas sexuais mais arriscadas. Chegando ao centro do problema os investimentos seriam muito mais eficazes na mitigação do problema.

Foi neste momento que MHB e o Estado começaram a estabelecer uma relação estreita de trabalhos conjuntos ligados à esfera da saúde. Depois de diversas pesquisas e estudos de organizações internacionais de saúde, constatou-se que os homossexuais faziam parte de um dos principais grupos de risco para o contágio da AIDS. Sabendo deste fato e tendo que correr contra o tempo, a militância gay e o governo começaram a estudar maneiras de combaterem a epidemia juntos.

Já na sua terceira edição, o Ebho (Encontro Brasileiro de Homossexuais), que aconteceu em 1989 no Rio, passou a privilegiar o debate sobre HIV/AIDS e no IV Ebho, realizado em 1990 (Aracajú), os grupos presentes já estavam tratando da necessidade de se criar uma campanha nacional de prevenção à doença em parceria com o governo federal. Confirmando a preocupação do movimento com o avanço do número de soropositivos e de mortos pela doença, em 1991 foi realizado o V Ebho (Recife), voltado para prevenção da AIDS e ao auxílio dos soropositivos. A partir do ano seguinte, os encontros nacionais passaram a contar com a participação de um número cada vez maior de grupos LGBT (o número de entidades inscritas passou de 6 para 11, no VI Ebho

de 1992). Diversas organizações começam a surgir no país, principalmente no Nordeste e Rio de Janeiro. Diferentemente do “boom” de grupos criados da primeira fase, aqueles que surgiam nos anos 90 eram muito mais unidos e engajados politicamente na luta pelos seus direitos.

A “Segunda Onda” se encerra em 1992 com a criação de diversos grupos gays de boa representatividade em todas as regiões do país e a criação de uma espécie de sistema de troca de experiências, dados e informações entre os militantes, a aproximação do MHB com o Estado (isso vai permitir com que o movimento comece a pleitear diversas outras ações governamentais para a melhoria da qualidade de vida e a equiparação dos direitos civis dos membros da comunidade com os dos demais cidadãos do país) e a realização de grandes encontros nacionais e regionais que abordam todas as questões pertinentes à dignidade civil e existencial de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Além de tudo isso, num sentido mais amplo, as identidades de todas as minorias LGBT estavam muito mais amadurecidas com a quebra dos paradigmas pejorativos, com uma maior visibilidade do homossexual na mídia e no mercado de trabalho. Essas mudanças práticas fizeram com que houvesse uma desconstrução dos estereótipos e a aceitação e valorização das nuances sexuais de cada indivíduo. Regina Facchini analisa:

O surgimento do movimento homossexual desempenha um papel crucial num processo de disputa entre dois modos de perceber a sexualidade no Brasil: o tradicional – em que os parceiros numa relação são hierarquizados e respectivamente relacionados a papéis sociais e sexuais relativos aos dois sexos biológicos (bicha-bofe, fancha-lady) – e o moderno – em que os parceiros são vistos a partir de uma lógica igualitária e a orientação do desejo se torna mais importante para nomeá-los do que papéis sociais relativos a noções de masculino e feminino ou atividade e passividade sexual (homossexual-homossexual, entendido (a)-entendido (a) ou gay-gay) (2011 : 182-183)

A “terceira onda”, que começa em 1992 e chega até os dias atuais, vai se destacar pelo surgimento de inúmeros grupos de defesa dos direitos LGBT em todo país, inclusive em cidades de pequeno e médio porte. Também se nota que neste período haviam grupos militantes de todas as “cores” do arco-íris (como entidades só de lésbicas, travestis e transexuais). Foi nos anos 90 que o ativismo pelos direitos humanos e civis dos homossexuais volta a florescer no país: diversos encontros anuais e bienais de peso começam a acontecer com participação de políticos, magistrados, médicos, psicólogos etc. Só para se ter uma noção deste “boom” de grupos criados e envolvidos com as discussões nacionais/regionais, no VI Ebho (1992) o número de grupos subiu de 6 para 11; no VII Eblho⁹ (1993) já seriam 21 participantes e, no oitavo encontro (1995), estavam presentes 84 grupos. Vamos entender também que, a partir de 1995, o poder público começa a financiar encontros – paralelos aos já existentes - através de programas de combate à DST/AIDS

⁹ Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais.

(Ministério da Saúde), o que fez com que fosse ainda mais viável a realização de novos encontros e a presença garantida de mais participantes.

O que mais se discutia nesses encontros eram as diferenças de gênero, quais seriam as bandeiras comuns de luta a serem levantadas, a importância de se compartilhar todos os tipos de dados e informações (como os números da violência contra gay, lésbicas e transgêneros e os contatos de patrocinadores), auto-estima, contrato de união civil, prostituição e a paridade entre gays e lésbicas dentro das associações e encontros nacionais, entre muitas outras coisas.

Nota-se neste começo da terceira fase do MHB um envolvimento bem estreito com o combate às DSTs, a institucionalização e a formalização cada vez maior dos grupos, a busca por parceiros de dentro e de fora do movimento que pudessem ajudar a bancar suas ações e a aproximação com outros movimentos populares e com os três poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo. Outras novidades foram a “presença de organizações de travestis e a discussão sobre temas como religiosidade, transexualidade e articulação com o movimento em nível internacional” (FACCHINI, 2005 : 127).

Em 1995 é fundada a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) durante o VIII EBGL (Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas). Segundo boletim produzido pela própria associação, já naquele primeiro momento, 31 entidades LGBT faziam parte da organização. Hoje a ABGLT congrega 237 organizações filiadas, a maior da América Latina, e ainda é membro consultivo no Conselho Social e Econômico (ECOSOC) da ONU. Sua missão, que simboliza bem o ideário atual do movimento, é “promover a cidadania e defender as direitos humanos, contribuir para uma democracia sem discriminação” (REIS, 2011 : 170).

Atualmente as linhas prioritárias de atuação da ABGLT, segundo o seu próprio site¹⁰, são:

- O monitoramento da implementação das decisões da I Conferência Nacional LGBT;
- O monitoramento do Programa Brasil Sem Homofobia;
- O combate à homofobia nas escolas;
- O combate à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- O reconhecimento de Orientação Sexual e Identidade de Gênero como Direitos Humanos no âmbito do Mercosul;
- Advocacy¹¹ no Legislativo, no Executivo e no Judiciário;
- A capacitação de lideranças lésbicas em direitos humanos e advocacy;
- A promoção de oportunidades de trabalho e previdência para travestis;

¹⁰ Disponível em: <http://www.abgl.org.br>

¹¹ Advocacy, é um processo em que é preciso identificar uma área de atuação em que se possa contornar um problema que afeta determinado setor da sociedade, ter uma estratégia, um objetivo, e atuar em conjunto com as pessoas que tomam as decisões nessa área, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário, visando promover mudanças. A ABGLT realiza advocacy no âmbito federal.(REIS, 2011 : 174)

•A capacitação em projetos culturais LGBT.

A partir de 1997, começou a haver alguns atritos graves entre os membros participantes dos encontros nacionais, como a forma como os recursos recebidos de programas de DST/AIDS e de direitos humanos eram aplicados nestas ocasiões. Desta forma, mesmo as entidades e pessoas que não estavam envolvidas com estes fatos tiveram que se posicionar e isso fez com que toda aquela união do começo dos anos 90 sofresse uma baixa, desarticulando um pouco o movimento. Todas as rivalidades e desentendimentos de ordem pessoal e ideológica foram expostos e discutidos, forçando o MHB a um amadurecimento. Houve uma leve baixa - que foi até o começo dos anos 2000 - na representatividade dos encontros tanto para os grupos, quanto para cada cidadão gay.

Concomitante a este momento tenso nas reuniões dos grupos, outro acontecimento se tornou ainda mais marcante para a militância nacional neste mesmo ano. Os participantes do IX EBGLTO (1997) decidiram encerrar suas atividades, como já haviam feito no encontro anterior, com uma grande caminhada. Regina Facchini informa que, para diversos integrantes presentes, aquela passeata havia sido uma experiência muito marcante e que ela influenciou definitivamente o surgimento da ideia de se organizar eventos de rua para celebrar o Dia Internacional do Orgulho Gay (no dia 28 de junho de 1969, na cidade de Nova York, ocorreu a chamada “Rebelião de Stonewall”¹², primeiro grande episódio de luta declarada dos homossexuais). Hoje em dia as Paradas Gays estão espalhadas por todo o país e é maior evento de mobilização e visibilidade não só dos LGBT quanto de seus anseios. A Parada da cidade de São Paulo é considerada a maior do mundo, atraindo mais de 2,5 milhões de pessoas para o circuito feito na Avenida Paulista (segundo a Organização da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo).

Estes eventos levantam todos os anos uma bandeira de luta diferente: o fim da violência contra os homossexuais, a criminalização da homofobia, o direito ao casamento civil, à adoção de crianças etc. A repercussão desses temas circula por todo o país e pelo mundo, fazendo com que a população passe a refletir e discutir sobre direitos civis LGBT e sobre preconceito. Os debates se estendem pela sociedade, que começa a se manifestar a favor das lutas da comunidade gay, cobrando providência das instancias policiais, jurídicas e políticas. Segue abaixo apenas um exemplo do que acabou de ser dito.

Recentemente, em maio de 2011, o STF (Supremo Tribunal Federal) legalizou das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo no país. Esta foi, de certa forma, uma resposta rápida do Judiciário, que se mostra mais atento à legalidade do que à moralidade das coisas, decisão bem a frente do poder Legislativo, que até hoje não aprovou uma lei que trate deste assunto. Esta ação que

¹² Já no terceiro dia de duras batidas policiais em bares gays de Nova Iorque, com a desculpa de estarem cumprindo somente o que estabelecia a lei seca, os frequentadores do bar Stonewall se revoltaram e iniciaram uma luta declarada contra a discriminação e o desrespeito às diferenças.

chegou ao tribunal superior partiu do governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o que pode ser interpretada como uma resposta da instância política aos anseios da sociedade e, principalmente da comunidade LGBT. A Parada Gay, é a grande manifestação social de massa da comunidade LGBT brasileira e a militância aproveita esta visibilidade momentânea (difundida pela mídia) para chamar a atenção da sociedade para as problemáticas dos seus direitos civis. Ao inserir o tema da relação homoafetiva nas conversas entre amigos, familiares e na própria televisão, não há como negar que este evento também não pesou positivamente sobre a decisão do STF.

Para concluir esta abordagem geral do panorama desta “terceira onda” do MHB, é importante que se cite a criação, em 2004, do Brasil Sem Homofobia (Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual). Diversas entidades e líderes militantes participaram deste primeiro encontro, como o a ABGLT, a ANTRA (Articulação Nacional de Transgêneros), o GGB/BA e o Grupo Arco-Íris/Rio. Este programa foi pensado e criado durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representa um grande marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. Um de seus objetivos centrais era a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. “Com esse novo Programa, o governo brasileiro dá um passo crucial no sentido da construção de uma verdadeira cultura de paz” (Brasil Sem Homofobia, 2004 : 14)

Nota-se aqui algumas grandes diferenças entre a militância deste período, para a que existia no início da década de 90, quando os encontros não tinham (e quando tinham era só financeiro, burocrático e logístico) qualquer relação político-ideológica com o Estado. Outras diferenças estavam no tom dos encontros, na divisão dos temas por grupo, na criação de um Conselho Nacional de Combate à Discriminação e no passo a passo das coisas (desde o levantamento de uma questão por parte da minoria trans, por exemplo, até a inclusão da mesma em uma pauta para virar política pública). Depois deste primeiro encontro entre o movimento e o governo federal, muitos outros aconteceram, como os Congressos Nacionais de Curitiba (2005), de Maceió (2006), de Belém (2009) e de Belo Horizonte (2011).

O foco desta atual fase da “Terceira Onda” está em uma maior incidência política e na visibilidade massiva dos LGBT na mídia e nos mercados de consumo e de trabalho. Os militantes continuam praticando o *advocacy*, se articulando cada vez mais com juizes, comunicadores, empresários, políticos, religiosos, artistas etc. É um posicionamento estratégico contra a sombra da *biopolítica*¹³ que até o século passado usava a população como massa de manobra para atingir um falso progresso, que, em geral, prejudicava a maioria das pessoas. É através desta postura, que o

¹³ Para Michel Foucault, a biopolítica visa regulamentar e disciplinar a população através do biopoder, prática de governo na qual os estados modernos (séc. XX) utilizavam uma série de recursos da matemática, economia e administração para subjugar cada indivíduo, controlando-o fisicamente através de metas, gráficos, simulações, planos diretores, espaços planejados e monitorados etc. Sobre biopolítica além de Foucault: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm

movimento consegue com que diversos estigmas continuem sendo quebrados e que os governos municipais, estaduais e federais criem pastas e grandes programas de promoção dos direitos dos LGBT e do combate à intolerância.

Para este início dos anos 2010, a “Terceira Fase” nos dá claros sinais de que continuará com esta lógica de se aliar a diversos setores da sociedade e de criar e fortalecer laços com figuras do poder. Todo esse movimento agregador de forças e poderes em prol da igualdade de direitos civis e humanos dos homossexuais tem aproximado cada vez mais o Rio de Janeiro e o Brasil do mesmo patamar em que se encontram os EUA, o Canadá, a África do Sul e o México), quatro dos mais famosas nações *gay friendly*¹⁴ do mundo.

Em todo o mundo, diversas nações já vêm se posicionando favoráveis à promoção da igualdade de direitos dos cidadãos homossexuais. Prova disso é que, em junho de 2011, o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) condenou pela primeira vez a discriminação com base na orientação sexual¹⁵. Apresentado pela África do Sul (país mais a frente nestas questões que muitos países desenvolvidos do Hemisfério Norte), o texto afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais no que diz respeito a sua dignidade e seus direitos. Estabelece ainda um painel para rever todas as políticas discriminatórias e os números da violência sofrida pelos LGBT em todo o mundo. A resolução teve 23 votos favoráveis (entre eles o do Brasil) e 19 contra, que partiram de países africanos e islâmicos, como Nigéria e Paquistão. É mais um importante passo que foi dado para que se as lideranças mundiais comecem a debater mais sobre o tema.

2.3- O Movimento Homossexual Fluminense

O marco inicial do movimento gay no Rio de Janeiro, não a toa, coincide com o início da história da militância homossexual no Brasil. Aqui sempre moraram nomes influentes da cena literária, artística, musical e da política; nosso porto sempre permitiu com que os fluminenses absorvessem todo o tipo de influência internacional (revistas, jornais, vinis, livros, filmes, fotos e até mesmo companhias de artes de todo o mundo). A vida pulsava e as trocas eram muito mais intensas do que no resto do país – até mesmo se compararmos com São Paulo. Antes mesmo da “Primeira Onda”, o Rio, principalmente a capital, já possuía uma vida gay urbana agitada: desde os anos 60 os shows de transformistas e travestis eram vistos nos cabarés, cafés e teatros, eram comuns

¹⁴ “Gay friendly” é o termo que se usa em locais onde a presença de gays é bem-vinda, casais do mesmo sexo podem se beijar sem que sejam repreendidos e os funcionários dos estabelecimentos são treinados para atender tanto ao público gay quanto aos não-gays.

Um em cada dois brasileiros considera importante que as marcas sejam amigáveis aos homossexuais, segundo pesquisa realizada pela Market Analysis a 800 pessoas em nove capitais brasileiras no primeiro semestre de 2010.

¹⁵ Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/conselho-de-direitos-humanos-da-onu-aprova-resolucao-sobre-a-violacao-dos-direitos-humanos-de-homossexuais.html>

e frequentes os encontros entre os intelectuais e artistas mais críticos da sociedade (muitos deles gays e lésbicas), o centro da cidade já contava com bares, saunas, cinemas e discotecas destinadas à reunião de homossexuais nos anos 60 e 70 e até mesmo as praias (Flamengo, Copacabana e Ipanema) já possuíam espaços na faixa de areia que concentravam banhistas gays. “A heterogênea massa jovem de hippies, artistas, intelectuais e músicos exibia uma atitude tolerante em relação à homossexualidade” (GREEN , 1999 : 403).

No Rio de Janeiro, tanto havia aquele funcionário público ou aquele empresário que enriqueceu com a Ditadura Militar, quanto o retirante nordestino assalariado (ou mesmo desempregado) e a moradora da favela que vivia na corda bamba da pobreza e atuava na prostituição para sobreviver. A cidade tinha todo o glamour da riqueza galopante, do novo e do moderno, mas também servia de palco para a miséria, a repressão moralista e a violência (a urbana do crime e a dos militares). Os gays ricos compravam livros e periódicos contendo as grandes novidades da militância homossexual dos EUA, se reuniam em suas casas, bares e se engajavam; os pobres se vendiam nos pontos de prostituição, dançavam em e eram escorraçados dentro e fora de suas próprias casas. O Rio possuía todas nuances da cena gay e foi, definitivamente, o epicentro de diversas mudanças do movimento para todo o país.

No dia 13 de janeiro de 1961, foi fundado por 12 pessoas, no Rio, o primeiro grupo de gays a ter um vínculo mais fechado de encontros: a *Turma OK*. Até hoje a *Turma* se mantém ativa (embora tenha sofrido uma grande queda em sua representatividade a partir dos anos 80) promovendo diversos tipos de eventos.

A atividade da Turma consistia em reuniões nas quais, primeiramente, eram lidos os jornaizinhos, brincadeiras tipo “pêra, uva ou maçã”, jogos da verdade, berlinda, etc. A bebida das festinhas era o tradicional Cuba Libre, acompanhado de salgadinhos. No início se revezavam, e as reuniões eram cada semana no apartamento de um deles. Como se fosse apenas um grupo de amigos heteros se reunindo. E quando acontecia alguma performance, aplaudiam apenas com o estalar dos dedos, pois bater palmas chamaria a atenção da vizinhança, aguçando a curiosidade alheia.¹⁶

O Snob, jornal criado em 1963 pelo escritor Agildo Guimarães, foi a primeira experiência gráfica voltada para o público homossexual masculino e circulava apenas no Rio de Janeiro. Surgia com o Snob a chamada “imprensa gay”. No primeiro momento o jornal publicava fofocas do meio gay, entrevistas com travestis famosos, além de realizar concursos de poesias e contos. Mas aos poucos o jornal começou a ficar mais politizado, passando a levar os seus leitores a refletir sobre a realidade brasileira. Segundo James Green (2006 : 155), o periódico teve 99 edições e uma edição retrospectiva e circulou até 1969, quando foi sufocado pelo regime militar.

¹⁶ Disponível em: <http://www.turmaok.com.br/quemsomos.htm>

Na segunda metade de 1971 foi criado por dissidentes de O Pasquim, o semanário *Já*, que possuía uma coluna intitulada de “Gay Power” assinada por Sylvio Lamenha. A coluna apresentava análises sobre homossexuais brasileiros e europeus famosos, recomendava livros e peças que exaltavam a homossexualidade e trazia notícias do movimento gay internacional, além de informar sobre bares, *clubs*, saunas e outras atividades gays na cidade. O *Já* não resistiu e extinguiu-se com onze edições.

Em 1976, antigos colaboradores de O *Snob* fundaram o *Gente Gay*, que trazia ainda mais notícias sobre a vida gay urbana de Detroit e Nova York, bem como sobre a Frente de Libertação Gay. Os editores do jornal já eram figuras influentes na comunidade, como Darcy Penteado, que mantiveram o humor camp¹⁷ dos periódicos anteriores. O *Gente Gay* teve fim quando os editores decidiram dar ao jornal um tratamento mais profissional, aumentando a qualidade, o formato e a tiragem. Como nenhum deles tinha experiência administrativa, os prejuízos se tornaram maiores que as ambições até que em 1978 não havia mais salvação. Podemos destacar aqui que o termo “gay” já havia entrada no léxico popular no país, influenciado pela imprensa carioca.

Outros colunistas e publicações tiveram algum destaque e até um boa sobrevida neste final dos anos 70, mas foi no ano de 1978 que foi fundado, no Rio de Janeiro, o primeiro jornal de maior relevância e influência para toda a comunidade gay do país: o *Lampião da Esquina*, “que se lançou como questionador da moral vigente, visando predominantemente ao público homossexual” (RONALDO SILVA, Fabio & DIAS MONTENEGRO, Rosilene : 2008). O momento político e cultural do país, que tinha o Rio de Janeiro como centro de referência, era o mais favorável a tomada de medidas insurgentes ao regime militar e o nascimento de uma imprensa altamente especializada, segmentada e de caráter militante foi inevitável.

O jornal foi intencionalmente criado por diversos intelectuais consagrados, logo após uma série de encontros com Winston Leyland (editor de um dos maiores periódicos da militância gay norte-americana, o jornal *Gay Sunshine*) para ser o melhor e maior veículo de circulação de notícias e ideias sobre homossexualidade, militância, política e identidades LGBT a nível nacional, já que era vendido em bancas de todo o país. Para João Mascarenhas, o *Lampião* agiu como um agente catalisador de mudanças para o movimento.

Com uma tiragem de dez mil exemplares desde seu começo, o tablóide publicava contos, ensaios, entrevistas, notícias do movimento internacional de gays e lésbicas, informações sobre shows, eventos, bares e pontos de interação. Diferentemente dos seus antecessores, o jornal não continha aquele humor *camp* das bonecas travestis, mas abria espaço para entrevistar pessoas que debatiam sobre movimento feminista, consciência negra, lesbianismo etc.

O *Lampião* reunia um grande grupo de intelectuais e jornalistas de ampla experiência

¹⁷ Estilo de humor muito comum nos EUA que se destaca pela ironia, pelo deboche e por mexer com os tabus.

profissional, dentre eles João Silvério Trevisan, Aguinaldo Silva e Darcy Penteado. Estes homens conseguiram construir uma clara e bem-sucedida linha editorial, o que fez com que a publicação logo fosse usada como referência para diversos outros periódicos que viriam a surgir. Além disso, o jornal também influenciou a formação de diversos grupos gays organizados em todo o país, como o grupo SOMOS de São Paulo. Já no seu primeiro editorial, o *Lampião da Madrugada* manifestou que aquele jornal estava sendo criado como uma forma dos homossexuais dizerem não ao gueto e, em consequência disso, existia a necessidade de se sair das sombras para dar voz a esta minoria discriminada, derrubando os estereótipos associados à homossexualidade. "O jornal lançava-se como um espaço de esclarecimento e militância" (ZANATTA, 1997 : 196)

Contudo, após alguns anos, uma série de fatores conjugados provocaram um grande desgaste que levou o jornal à extinção: o surgimento de outras publicações de militantes menos linha-dura; a desagregação interna marcada por rivalidades entre os conselheiros; a pressão e perseguição moralista e política da imprensa de direita e, principalmente, o aumento do preço do papel e dos custos de produção, combinado com a falta de anunciantes. Em junho de 1981, era publicada a edição de número 37 do *Lampião da Esquina*, a última a chegar às bancas.

Em todo seu tempo de existência e até mesmo com o seu fim, o periódico serviu de exemplo e inspiração para a fundação de dezenas de grupos, como já foi mencionado. Se pegarmos as cartas dirigidas ao *Lampião* podemos notar que o próprio foi o responsável pelo crescimento acelerado do MHB naquela época. Em 1979, por exemplo, foi anunciado em uma de suas edições o I Encontro Nacional do Povo Gay, que foi realizado no dia 16 de dezembro na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro. A lista dos grupos fluminenses confirmados nos informa de que a militância do estado já tinha conquistado uma presença significativa na rede. Os Grupos eram o Auê, o Somos/RJ e o Grupo de Atuação e Afirmação Gay/ Duque de Caxias (pela 1ª vez, um grupo de fora da capital ganhava notoriedade na cena gay brasileira, o que é um fator muito positivo). Ao todo, 21 grupos organizados de militância gay surgiram entre abril de 1978 e fevereiro de 1981 no país.

O encerramento das atividades do jornal também serviu de marco divisor para a militância nacional. Isso porque, sendo o periódico com maior tiragem e abrangência territorial, o *Lampião* era, para muitos grupos e militantes, a única fonte de inspiração. Era ele que retransmitia as informações mais "quentes" sobre o movimento nacional e internacional, principalmente os encontros LGBT estariam por vir. Sua linha editorial ditava um perfil de conduta à diversos grupos, sobretudo daqueles mais distantes das capitais do Sudeste. A estes grupos só restou o fim.

O movimento passava pela sua primeira e maior crise, pois, além da falta de um veículo que nortear os fatos, o começo dos anos 80 chegava com o temor da epidemia de AIDS, que só fez desmoralizar todas aquelas propostas de liberação sexual que os militantes pregavam. Até mesmo

nos momentos mais delicados e apagados, o Rio se apresentava como o polo de influência para toda a militância gay do país.

Alguns grupos organizados permaneceram na cena, mas a base estava bastante fragilizada pela desarticulação causada pelo “câncer gay” e das rixas internas do movimento. Não tinham nem de perto a significância dos anos anteriores. Contudo, a crise que assombrou o começo da Segunda Fase do MHB, também fez surgir grupos que tinham lideranças ainda mais instruídas que as da Primeira Onda. Eram militantes que moraram e estudaram no exterior, que estavam fortemente influenciados pelo movimento gay norte-americano e europeu.

Mais uma vez o Rio de Janeiro se destacou e viu nascer em seu território um dos grupos mais expressivos do começo desta fase: o *Triângulo Rosa* (1985 – 1988). Criado aos 29 anos de idade pelo gaúcho João Antônio Mascarenhas, um homem verdadeiramente engajado, que tinha um enorme interesse e bagagem intelectual sobre a militância gay internacional (foi ele quem recebeu o editor da revista *Gay Sunshine*, Wiston Leyland, no Brasil em 1977), o *Triângulo Rosa*, ao contrário dos demais grupos, buscava resolver os aspectos mais jurídicos das questões dos homossexuais, se preocupando menos com as questões identitárias (aquelas que categorizavam os indivíduos a partir das preferências na hora do sexo e a postura perante a sociedade: bofe/biche, lady/caminhoneira etc) e mais com a melhoria na vida prática dos cidadãos que pertenciam a esta minoria.

Este grupo, diferentemente dos demais, ocupou-se do aspecto jurídico em relação à orientação sexual, buscando esclarecer parlamentares e a própria opinião pública da necessidade de alterar o texto da carta constituinte sobre os direitos fundamentais da pessoa. (ZANATTA, 1997 : 214)

O grupo também marcou sua passagem na história do movimento ao obter o reconhecimento oficial e legal enquanto organização especificamente voltada às questões homossexuais: obteve seu Registro Civil de Pessoa Jurídica em 27 de fevereiro de 1985, no Rio de Janeiro. Para a organização, a possibilidade de se ter uma personalidade jurídica e administrativa própria era muito importante naquele contexto em que se buscava ter uma ação mais direta e pragmática em favor dos direitos civis da minoria gay. O *Triângulo Rosa* já punha em ação a estratégia do *advocacy*, que só viria a se tornar ferramenta clara do MHB nos anos 90.

O enfoque era basicamente este, a atuação foi política, visava diminuir a discriminação via a política – partidos políticos, instituições, organizações da sociedade civil, era a OAB, era participar da alteração do Código de Ética do Jornalista(...)participar da elaboração da Constituição Federal. A preocupação era muito diretamente política. (SILVA, 1993 : 55)

Diversos outros grupos do estado do Rio fundaram-se durante a Segunda Fase do movimento gay (1984 – 1992), todos eles direta ou indiretamente ligados às influencia externas do

Gay Power americano, por exemplo. Todos eles tentavam desvincular a homossexualidade de seus aspectos marginais degradantes (guetificação, relações sexuais promíscuas etc) e trabalhavam a favor da igualdade de direitos. Podemos citar mais um grupo fluminense que tinha certo destaque no cenário da época: o Atobá. Também fundada em 1985, esta organização estava sempre a frente dos grupos de discussões, encontros e reuniões regionais e nacionais, inclusive tendo organizado o III Ebho (Encontro brasileiro de homossexuais). Em 1988 o Triângulo Rosa sai de cena por não ter sabido conjugar sua luta via legalidade com o combate à epidemia de HIV/AIDS.

A partir de 1992, o movimento organizado gay do país dá uma virada e a quantidade de grupos presentes aos encontros nacionais volta a crescer. Nota-se que o Rio de Janeiro volta a ser um importante centro de influência para toda a comunidade gay. Apoiado pelo poder Executivo (através de verbas do Ministério da Saúde para a criação de programas de combate às DSTs/AIDS) e até mesmo pela Igreja, o movimento ganhou força e tamanho (o número de inscritos nos encontros duplicaram de 1992 para 1993 e quadruplicaram de 93 para 1995). Dezenas de grupos foram criados. Aqui no Rio podemos mencionar: Associação Gay de Nova Iguaçu, Iser (ONG Instituto de Estudos da Religião) e o Gapa (ONG Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS).

A Terceira Fase do movimento (1992 até hoje) pode ser entendida observando-se o surgimento de um dos grupos gays mais famosos e atuantes do país até agora: o Grupo Arco-Íris. Fundado no Rio de Janeiro em 1993 como a resposta de um grupo de amigos à epidemia de AIDS e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o Arco-Íris possui uma série de projetos e programas sociais voltados às minorias sociais, principalmente à comunidade LGBT fluminense, que contam com o apoio dos governos federal, estadual e municipal e de empresas privadas. Existindo atualmente como uma ONG, o grupo diz ser sua missão “atuar como referência na promoção da auto-estima e cidadania de LGBT, visando à transformação da sociedade por meio de ações de desenvolvimento organizacional, gestão do conhecimento, mobilização comunitária e defesa dos direitos humanos, para o exercício da livre orientação sexual e identidade de gênero”¹⁸.

Instituição com clara estratégia política, o Grupo Arco-Íris atua em rede com diversos parceiros locais na elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas e projetos de leis que reconheçam e garantam a cidadania LGBT. Eis abaixo quatro leis que foram aprovadas depois de um longo processo de *advocacy* liderado por este e outros grupos do estado do Rio:

1.Lei Municipal Nº 2475/1996 – Determina sanções às Práticas Discriminatórias em razão da orientação sexual em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos no município do Rio de Janeiro;

¹⁸ Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/o-grupo/>

2. Lei Estadual Nº 3406/2000 – Determina sanções às Práticas Discriminatórias em razão da orientação sexual em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos no estado do Rio de Janeiro;
3. Lei Municipal Nº 3.786/2002 – Estende o direito de pensão a companheiros (as) de servidores (as) públicos homossexuais do município do Rio de Janeiro;
4. Lei Estadual Nº 215/2007 – Estende o direito de pensão a companheiros (as) de servidores (as) públicos homossexuais do estado do Rio de Janeiro.¹⁹

A partir dos anos 2000, principalmente depois de sua segunda metade, o MHB começa a apresentar uma outra mudança em sua forma de atuação. Usando o Rio de Janeiro como um bom exemplo desta novidade, podemos citar a existência de dois importantes agentes de mudança para a qualidade de vida da comunidade gay: a CEDS (Coordenadoria Especialmente da Diversidade Sexual) criada em 2011 pela prefeitura da capital e o programa Rio Sem Homofobia, de 2008, ligado à Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SuperDir / SEASDH).

Após anos de luta e estreitamento dos laços entre a militância LGBT com membros da política fluminense e carioca, alguns ativistas agora fazem parte do organograma e do corpo do Estado (como nomeados políticos ou servidores públicos²⁰), sendo também parte das pautas e metas oficiais dos governantes. Alguns de seus líderes ativistas ocupam as cadeiras de coordenadores de pastas destinadas exclusivamente à promoção da minoria gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual, trabalhando para levar, efetivamente, dignidade e qualidade de vida a estes cidadãos que, por décadas, foram ignorados como tais, passando por traumas físicos e psicológicos nas ruas.

Criada no dia 03 de fevereiro de 2011, durante a gestão do prefeito Eduardo Paes, para já começar a ser gerida desde o seu começo pelo estilista e ativista das minorias sociais Carlos Tufvesson, a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual é um órgão inédito na história da gestão pública carioca. Dentre as suas atribuições está a de propor e fiscalizar o cumprimento de políticas públicas de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e de identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social da minoria LGBT.

Articulando-se com diversos órgãos municipais, com vereadores e deputados estaduais, com as polícias civil e militar e com ONGs e demais grupos relacionados às causas dessas minorias identitárias, a CEDS vem conseguindo ter um sucesso inédito na colocação de políticas públicas em prática. Outro objetivo é a implementação de campanhas educativas de combate à violência e de superação de preconceitos. Batizada de *Rio: Carnaval Sem Preconceito*, o programa da CEDS

¹⁹ Disponível em: <http://www.cedsrio.com.br/coordenadoria.html>

²⁰ Em 2011 foi realizado o primeiro concurso público para a contratação de profissionais para trabalhar no Programa. Disponível em: http://www.cepuerj.uerj.br/insc_online/rio_sem_homofobia/rio_sem_homofobia.aspx

existe desde à véspera do carnaval de 2011, com investimentos milionários da prefeitura do Rio em spots de rádio, banners na internet, panfletos, abanadores, adesivos, camisas, peças publicitárias na televisão²¹, no mobiliário urbano etc. Outra iniciativa de êxito é o Prêmio Rio Sem Preconceito, que em sua primeira edição, dia 28 de junho de 2011, alcançou visibilidade e simpatia das classe artística e da militância LGBT (como Cláudio Nascimento, gestor da SuperDir / SEASDH) e entidades sociais de peso como o AfroReggae – inclusive, no último prêmio promovido pelo grupo, o tema central da noite foi a diversidade sexual²².

Nota-se que há dois focos principais no trabalho da coordenadoria: um que visa construir e manter a imagem *gay friendly* da cidade para o turista que aqui chega e outra de tornar as rotinas de atividades culturais e de lazer da minoria LGBT carioca mais seguras e agradáveis (durante todo o ano, a CEDS divulga intensamente em peças publicitárias nas ruas, a Lei Municipal n.º 2475/1996, regulamentada pelo Decreto 33.033/2008, que assegura que no Município do Rio, nenhum estabelecimento comercial ou repartição pública carioca poderá discriminar pessoas em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero). A partir do mês de abril a pasta deixa de ser comandada por Carlos Tufvesson (que possivelmente se candidatará a vereador nas próximas eleições²³) e passa para as mãos de Carlos Alexandre Neves Lima, advogado carioca que também possui sua história marcada pela luta dos direitos LGBT – porém de maneira mais independente, sem vínculo com qualquer grupo - e profundo conhecedor da causa, já que estuda direitos civis e humanos e tem uma união estável com um outro homem há 25 anos.

Para concluir este capítulo, não se pode deixar de citar as Paradas do Orgulho LGBT do Estado do Rio de Janeiro, que tem uma certa especificidade com relação às que acontecem em outros estados do país. A primeira parada registrada aconteceu em 1993 na capital do estado, organizada pelo Grupo Arco-Íris, que até hoje tem ficado a frente da organização deste evento, que é, segundo eles, a segunda em expressão do país e uma das cinco maiores do mundo e o terceiro maior evento cultural da cidade do Rio de Janeiro, depois do Réveillon e do Carnaval (segundo dados da RIOTUR). O calendário das passeatas festivas do orgulho LGBT do Rio imprimem uma característica única: é o estado que possui o maior número de Paradas Gays ao longo do ano e todas elas contam com número significativo de público e organização. Há eventos deste tipo em diversos municípios da Baixada Fluminense (Nilópolis e Nova Iguaçu, por exemplo), Região Serrana (Teresópolis e Nova Friburgo), Norte Fluminense (Macaé), Região dos Lagos (Maricá e Cabo Frio) e Região Metropolitana (Niterói, Madureira, Maré e Rocinha). A última Parada do Orgulho LGBT (2011) da em Copacabana – com o tema “Somos todos iguais perante a paz – Toda forma de

²¹ Videoclipe da campanha de 2012 está disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=yz-vxW03ZyQ>.

²² Disponível em: <http://www.afroreggae.org/tag/12a-edicao-do-premio-orilaxe>

²³ Informação confirmada pela sua assessora jurídica e advogada do CEDS, Flavia Brazil.

violência deve ser crime - evidenciou uma tendência desses eventos de uns três anos para cá, que é a inclusão de outras formas, por assim dizer, de violência, intolerância e preconceito contra o que não é o padrão da maioria da sociedade (práticas religiosas, legalização de drogas etc)

Outra mudança que se pode perceber na militância gay fluminense no começo deste século, é atuação (ainda um pouco tímida) de grupos LGBT organizados e portais da *web* que divulgam notícias para a comunidade e que também promovem ações, debates e encontros presenciais ou pela internet, sobretudo usando as redes sociais mais populares (Facebook, Orkut e Twitter), para chamar a atenção desta nova geração minoritária para assuntos que afetam ou que poderão afetar o gozo pleno de seus direitos civis. Destaco aqui os “websites” *Pheeno*²⁴, *Candybox*²⁵ e os grupos *GDN*²⁶ (Grupo Diversidade Niterói), fundado em 2004; o *Grupo Iguaís*²⁷ (Cabo Frio), criado em 2007; o *Cabo Free*²⁸ (Cabo Frio), de 2004 e o Grupo 28 de junho²⁹, de Nova Iguaçu, de 1990. Esta tendência engloba até mesmo a CEDS³⁰ e a SuperDir, que possuem perfis bastante ativos no Facebook. Através da rede mundial de computadores, a militância gay ganha cada vez mais voz e retorno vindo da comunidade e de simpatizantes, além de ser um canal muito mais livre e barato, em comparação a TV, jornal, rádio e materiais gráficos.

Como nos próximos capítulos apresentarei e analisarei especificamente o programa Rio Sem Homofobia, deixarei para fazer nas próximas páginas uma avaliação crítica sobre este trabalho de luta pelos direitos civis e humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais não só no estado do Rio de Janeiro, como também sob o ponto de vista nacional. Também serão mencionados a seguir os avanços apresentados nas áreas do Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os seus atrasos.

²⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/pheenorio>

²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/CandyBoxOficial>

²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/gdnlgbt>

²⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/grupoiguais>

²⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100001630242238>

²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Grupo-28-de-junho/299441343466761>

³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/CEDSRIO>

3- O PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA

Como e porque o Programa Rio Sem Homofobia (PRSH) foi pensado e criado? De quem e quando partiu esta decisão? Em que ele é pioneiro e de vanguarda? Porque o PRSH, desde o seu início, recebe investimentos tão altos para criação de pólos em diversas cidades do estado, campanhas publicitárias, contratação de pessoal e outros tipos de atividades? Este é o ponto em que a militância fluminense desejava chegar? Qual o sentido da existência de grupos LGBT no Rio agora? Essas e outras perguntas serão respondidas através de uma análise crítica sobre o papel deste programa (pelo menos a cidade e estado do Rio de Janeiro) para a gestão pública estadual, para a militância gay e para o cidadão LGBT comum que está na rua exposto à realidade do medo, do cerceamento do pleno exercício de seus direitos constitucionais, da violência e da inferiorização construída por séculos de cultura moralista e conservadora.

Com a reunião de uma Câmara Técnica configurada por 14 representantes do governo e outros 14 representantes de grupos LGBT, deu-se início em junho de 2007 – colocando em prática o compromisso firmado pelo governador do estado do Rio de estreitar os laços com a comunidade LGBT - o Programa Rio Sem Homofobia é um feito pioneiro e inédito na história dos direitos humanos e dos homossexuais no estado do Rio de Janeiro. Coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SuperDir / SEASDH), o programa tem como alguns de seus objetivos, o combate à discriminação e à violência contra indivíduos pertencentes à minoria LGBT e a promoção da cidadania desta parcela da população em todo território fluminense, respeitando as mais diversas especificidades de sexo e gênero.

O Rio Sem Homofobia foi fundado durante o primeiro mandato do governador do estado do Rio, Sérgio Cabral (2007 – 2010), com a missão de ser a primeira experiência permanente dentro da administração pública estadual de combate ao preconceito e violência direcionados aos cidadãos LGBT, além de estender a esta parcela da população todos os direitos civis. Obviamente que o estreitamento dos laços entre o poder Executivo do Rio e os grupos e líderes ativistas das causas gays não existe há cerca de seis anos. Pelo menos desde 1995, ano em que a Parada Gay saiu pela primeira vez pelas ruas de Copacabana, que as principais lideranças do MHB fluminense vem se organizando (registrando suas entidades, desenvolvendo projetos em parcerias com empresas públicas e privadas etc) e articulando diversas estratégias para conquistar o respeito, primeiramente, e o apoio dentro das empresas públicas e entre os políticos da Câmara dos Vereadores (Alerj) e dos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro.

Por ser um programa oficial de gestão pública, o RSH tem como fundamental o estabelecimento de ações e metas, bem como o monitoramento, a avaliação e a implementação de seus projetos e parcerias nas diversas secretarias e empresas do governo, além de estabelecimentos

e organizações privadas. Esta forma de se pensar e de conduzir um programa deste porte, teve como fonte de inspiração o modelo de aliança entre governo e militância LGBT proposto por diversos membros desta minoria para o programa Brasil Sem Homofobia (2004), do governo federal.

São inúmeras as ações promovidas e/ou apoiadas pelo programa e a intenção deste trabalho é mencionar, senão todas elas, ao menos as mais divulgadas e significativas, como os cursos de capacitação LGBT e HIV/AIDS oferecidos aos funcionários e servidores de instituições como: Restaurantes Cidadãos³¹, motoristas, trocadores e fiscais de ônibus³², colégios estaduais e municipais, Polícia Civil³³, Corpo de Bombeiros, UERJ, Secretaria de Meio Ambiente; a criação da Semana “T”³⁴ de visibilidade à população “Trans” e a inclusão dos nomes sociais de transexuais e travestis nos Registros de Ocorrências (os chamados R.O.) nas delegacias do estado³⁵ – as D.P. do Rio de Janeiro são as únicas no país que registram, como um indicador de prática criminosa, um ato criminoso como homofobia³⁶. Os trabalhos também incluem a capacitação de lideranças e encontros restritos às minorias transexuais e travestis (há inclusive pessoas dentro do programa que trabalham exclusivamente com questões ligadas ao travestismo³⁷ e transexualismo³⁸).

Um dos feitos do PRSH mais divulgados pela imprensa é o projeto especialmente para existir antes e durante os dias de Carnaval: “Carnaval com Direitos”, que produz *spots* para rádios, *busdoor*, outdoor, *banners* virtuais, diversos materiais impressos etc, para educar os cidadãos e dar dicas de saúde – prevenção de DST. Outro serviço prestado pelo programa e que talvez seja o de maior relevância e importância, é o Disque Cidadania LGBT (telefone: 0800 – 0234567), que funciona 24h por dia, sete dias por semana, recebendo denúncias de violência e preconceito de todos os graus e encaminhando esses casos à delegacia mais próxima ou posto médico, por exemplo.

Este canal cumpre o papel de ser a coluna central de todo o trabalho realizado pelo Programa Rio Sem Preconceito, uma vez que recebe e registra as demandas e que fornece dados importantíssimos para o planejamento de novos projetos e ações para defesa dos direitos humanos e à vida das

³¹ Disponível em: http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/noticia/ver/12_funcion%C3%A1rios-dos-restaurantes-cidad%C3%A3o-ter%C3%A3o-curso-de-capacita%C3%A7%C3%A3o-lgbt

³² Disponível em: http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/noticia/ver/11_transportes-e-assist%C3%A2ncia-social-unem-esfor%C3%A7os-contr-a-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-pessoas-com-aids

³³ No dia 06 de junho de 2012, Claudio Nascimento ministrou um curso na ACADEPOL.

³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=225615617526438&set=a.112422628845738.26247.110854995669168&type=1>

³⁵ Disponível em: http://www.agenciario.com/materia_mun.asp?cod=100836&codMunic=18

³⁶ Informação passada pelo ex-coordenador de Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio, Carlos Tufvesson, durante discurso feito no ciclo de debates “(In)tolerâncias”, realizado no Centro Cultural Midrash (Leblon, Rio de Janeiro), no dia 24 de maio de 2012.

³⁷ Chama-se travestismo ou crossdressing a prática de se vestir com roupas socialmente reservadas para o gênero oposto ao da pessoa em questão. Disponível em: <http://www.leticialanz.org/resumo-simplificado-sobre-o-que-e-crossdressing-travestismo/>

³⁸ Transexualismo refere-se à convicção de pertença a um sexo em indivíduos nascidos com características sexuais normais do outro sexo biológico. Disponível em: <http://www.actamedicaportuguesa.com/pdf/2008-21/1/103-106.pdf>

minorias LGBT³⁹. De acordo com o último levantamento fechado pelo próprio programa no mês de junho deste ano (revista RIO SEM HOMOFOBIA, 2012 : 38), de julho de 2010 a julho de 2011, o número de atendimentos realizados pelo Disque LGBT pulou de 251 ao mês, para 510 – um aumento de 240% na demanda, onde 54,7% das ligações referiam-se à informações diversas (sobre grupos LGBT, HIV/AIDS, empregos etc), 18,6% sobre direitos e cidadania (união estável, registro civil, guarda de filhos etc) e 18,2% à violência homofóbica (agressão verbal, física, constrangimento, ameaças e trotes/ofensas)⁴⁰.

Durante os dias 16, 17 e 18 de maio de 2008, foi realizada no Teatro Odylo Costa Filho da UERJ, na cidade do Rio de Janeiro, a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT. Contando com a participação de 12 Secretarias de Estado e representantes da sociedade civil, este primeiro encontro teve como principais objetivos: elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional e do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; avaliar o programa Brasil Sem Homofobia, buscando indicar diretrizes para a sua consolidação e ampliação e contribuir, junto com os poderes públicos, para a definição de metas e ações visando criar ou melhorar políticas positivas para os cidadãos “não-heterossexuais”. Vale aqui ressaltar que antes deste grande encontro estadual, outras oito pré-conferências regionais já haviam sido realizadas, onde cada local elegeu seus representantes para enviar à conferência. A 1ª Conferência contou com 564 inscritos e a participação de 208 credenciados da sociedade civil.

Já em 2011, ano em que foi realizada a 2ª Conferência Estadual, foram realizadas dez pré-conferências (ouvindo-se e debatendo-se muito mais todos os pontos importantes que deveriam ser expostos nas mesas de discussão do grande encontro estadual). Entre os dias 18 e 20 de novembro, diversos representantes de grupos LGBT, políticos, juristas, gestores e figuras públicas estiveram presentes nas reuniões realizadas no Centro de Convenções da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e na Procuradoria Geral do Estado. Neste segundo encontro tudo estava organizado, maduro: a organização, as propostas sugeridas, os temas debatidos, a politização da militância gay e a presença interessada de muitas figuras do poder municipal, estadual e federal.

A pesar dos projetos e ações pontuais em datas e eventos específicos, o trabalho de defesa dos direitos civis e humanos da minoria LGBT, bem como o trabalho de conscientização e combate à intolerância e à violência cometidas contra esses cidadãos, segue durante todo o ano inserindo peças publicitárias nas ruas, na televisão⁴¹, rádio e internet, além de promover encontros, seminários, palestras, cursos, semanas especiais, inaugurando espaços LGBT etc. No dia 22 de maio deste ano, por exemplo, foi firmado um termo de cooperação entre o SEADH e a UERJ, no valor de R\$2,6 milhões, para a implantação de mais três Centros de Referência da Cidadania LGBT (Cabo

³⁹ Disponível em: <http://pheeno.com.br/lifestyle/carnaval-2012-disque-cidadania-lgbt-funcionara-24h>

⁴⁰ Ver mais dados levantados pelo Programa em ANEXOS, da página 58 à 66.

⁴¹ Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=I-PQ45rT5Bc>

Frio, Niterói – recém-inaugurado no dia 05 de junho de 2012⁴² - e Nova Iguaçu), a estrutura do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual (LIDIS), a capacitação de cerca de 6 mil servidores públicos, apoio ao Disque Cidadania LGBT, entre outras ações⁴³.

Antes de serem implantados em mais um município fluminense, esses centros são previamente planejados pelo PRSH para fiquem em uma localidade de fácil acesso para os cidadãos que por ventura morem em municípios vizinhos de uma mesma região. O objetivo é de que o homossexual que se apresente em um dos centros tenha a certeza de que ali será bem atendida e que receberá todo o suporte psicológico e jurídico necessário. Antes de comparecer a um dos quatro Centros de Referência da Cidadania LGBT (CRCLGBT), a vítima deverá registrar o caso através do telefone 0800-0234567, para marcar seu atendimento presencial. Com a garantia de que o atendimento zela pelo anonimato, o cidadão que for a um desses quatro centros, terá suas dúvidas esclarecidas e seu testemunho ouvido por profissionais afinados com as questões dos direitos humanos e LGBT. Dependendo da gravidade do caso, a pessoa é encaminhada (sempre acompanhada pelos funcionários do centro) a uma delegacia de polícia, postos de saúde ou Centros de Referência da Assistência Social (CRAs), para que possa solucionar a ocorrência da melhor maneira possível.

Seus objetivos são: atender LGBT, familiares e amigos vítimas de discriminação e violência homofóbica; orientar LGBT e sociedade em geral sobre direitos; formar e ou fortalecer rede de apoio social; sensibilizar e capacitar gestores públicos e segmentos da sociedade local sobre homofobia e cidadania LGBT; contribuir para a formulação e ou adequação de políticas para incluir a população LGBT em sua perspectiva; contribuir para a formação do banco de dados estadual sobre homofobia e rede de apoio.⁴⁴

Segundo dados levantados pela revista PRSH do começo do programa até julho de 2011 (2012 : 43), 8.243 atendimentos foram prestados pelas Centros (78,9% no da capital, 11,2% na Serrana e 9,4% na Baixada). Dos registros de violência homofóbica, 28,6% é de discriminação familiar/doméstica, 16,6% no trabalho e 16,3% na rua; e 42,4% dos encaminhamentos são para as defensorias públicas e 23,8% para as delegacias⁴⁵.

No último dia 17 de maio (Dia Mundial de Combate à Homofobia), durante evento oficial, foi lançado “o Caderno de Ações e Metas do Programa Rio Sem Homofobia, um pacote que reúne

⁴² Matéria sobre a inauguração do Centro de Cidadania LGBT de Niterói está disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/niter%C3%B3i-recebe-4%C2%BA-centro-de-refer%C3%Aancia-da-cidadania-lgbt-do-estado-1.448734>

⁴³ Disponível em: http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/noticia/ver/42_programa-rio-sem-homofobia-recebe-investimento-de-r-26-milh%C3%B5es

⁴⁴ Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=431493>

⁴⁵ Ver em ANEXOS os relatórios do Centro de Referência da BaixadaI nas páginas 67,68,69,70,71,72, 73, 74, 75 e 76.

125 ações do governo estadual para serem executadas até 2014⁴⁶, uma dessas metas é a criação (até o final de 2013) de 13 Centros de Referência da Cidadania LGBT, que são como sucursais fixas que oferecerão os mesmos serviços (com psicólogos, advogados e assistentes sociais) prestados na sede do PRSH – localizada no prédio da Central do Brasil, na capital do estado – sem haver a necessidade do cidadão se deslocar para muito longe, facilitando e aprimorando todo o trabalho de prevenção de doenças, violência e atendimento psicossocial em cada região.

Cabe destacar aqui também uma outra ação inédita que o programa realiza em prol da construção de uma imagem positiva da comunidade LGBT. Digo “positiva” no sentido de ser uma imagem que mostra a grande diversidade sexual que há entre as pessoas e que estas podem ser tão boas profissionais e seres humanos quanto os heterossexuais, contrapondo os mitos que paira sobre o senso comum da sociedade de que gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis são todos promíscuos, ateus e desrespeitosos uns com os outros. Comemorando mais um ano da decisão do STF a respeito das uniões homoafetivas, no dia 1º de julho deste ano, será promovida pelo Programa estadual Rio Sem Homofobia, em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), a primeira cerimônia coletiva do estado do Rio de concessão de uniões estáveis para casais de pessoas do mesmo sexo⁴⁷.

Outro serviço do programa - que está correlacionado com o Disque Cidadania LGBT e que é decisivo para a implantação futuros Centros de Referência – é o Núcleo de Monitoramento Técnico de Crimes Homofóbicos. Este serviço tem por objetivo criar e monitorar um banco de dados sobre os números quantitativos e qualitativos da homofobia no estado do Rio, assim como planejar, organizar e assessorar a implantação de políticas públicas de combate à violência contra os cidadãos LGBT, Centros de Referência de Cidadania LGBT, além de orientar gestores e autoridades públicas a implementarem ações de repressão ao ódio e intolerância sexual, fortalecendo e aumentando assim, a rede de assistência a esta minoria.

Apoio a semanas de teatro, produção de guias turísticos, festivais de cinema e de animação LGBT, diversas Paradas Gays e realização de eventos ligados à militância; presença constante nas redes sociais⁴⁸ e até mesmo a criação de um grupo de trabalho destinado a acompanhar os casos de descumprimento da Lei 3406/00 (que penaliza estabelecimentos comerciais que discriminem pessoas por orientação sexual e identidade de gênero), são algumas das ações que, juntamente com as demais citadas neste capítulo, demonstram como é abrangente e plural o trabalho desenvolvido pelo PRSH desde seu primeiro mês de atividade.

Há ainda um serviço que ainda não foi colocado plenamente em prática pelo programa, que

⁴⁶ Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/news/article.php?storyid=133>

⁴⁷ Ficha de inscrição e outras informações sobre esta cerimônia está disponível em:

http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/noticia/ver/44_governo-do-rio-e-tj-realizam-uni%C3%B5es-homoafetivas

⁴⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Rio-Sem-Homofobia/110854995669168>

é o S.O.S. Saúde LGBT, e que consiste na implantação de polos de atendimentos exclusivos para vítimas de violências contra a população LGBT dentro de algumas unidades públicas de saúde do estado do Rio de Janeiro. A princípio, o primeiro polo seria inaugurado no hospital Pedro II, que fica em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste da capital fluminense, mas o projeto sequer saiu do papel.

Além de todo o trabalho realizado na prática pelas equipes mistas do Rio Sem Homofobia no dia a dia de cada cidadão gay, lésbica, travesti e transexual, existe uma outra preocupação que paira sobre o programa, que fica na ordem da militância política, aquela que precisa se aproximar com gestores e políticos para conseguirem avançar no plano legal e jurídico também. No estado do Rio de Janeiro, a prática do *advocacy* sempre foi bastante engajada e presente. Após muitos anos de articulações políticas e de construção de uma boa imagem (aqui também digo “boa” no sentido de que esta imagem se desvinculada aos paradigmas negativos atrelados a população LGBT) perante a sociedade civil fluminense, a militância gay local conquistou uma rede de aliados que vem permitindo com que gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros passem a contar com uma série de medidas (por meio de decretos oficiais, por exemplo) que garantam a eles direitos que, por lei, já deveriam ser de todos os cidadãos desde 1988 (ano da em que foi promulgada a Constituição Federal brasileira). Uma das reivindicações do movimento era a de que as políticas públicas dirigidas aos LGBT deixassem de ser ações pontuais e incipientes, ou seja, deixassem de ser frágeis e sem continuidade e, aparentemente, esse é um dos pontos em que o PRSH pretende se diferenciar do passado.

Dentro do Programa Rio Sem Homofobia, existe desde 2009 (criado através de decreto 41.789/09 do governador Sérgio Cabral) o chamado Conselho Estadual LGBT que é formado por 40 pessoas (18 oriundos de organizações LGBT registradas e sediadas no estado; 16 pessoas vindo de secretarias estaduais e outros órgãos públicos; 3 representantes de organizações de direitos humanos e mais 3 especialistas e acadêmicos com *expertise* sobre promoção da cidadania LGBT). O trabalho deste grupo visa justamente acompanhar, fiscalizar e avaliar (emitindo pareceres, notas, moções de repúdio etc) a execução de todas as leis aprovadas nos últimos anos a favor desta minoria populacional por parte dos três poderes, além de discutir e propor a elaboração de novos projetos de leis e políticas públicas que garantam aos LGBT uma cidadania plena de direitos ou até mesmo de a modificação das leis e regulamentos já existente que constituam discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Outras atribuições deste grupo extraordinário é de estar sempre elaborando e acompanhando melhores metodologias para o atendimento prestado ao público pelos CRCLGBT e o Disque Cidadania LGBT; desenvolver ações integradas com o conjunto de secretarias e demais órgãos públicos, visando a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação das discriminações e abusos cometidos por servidores à população LGBT; propor e adotar formas de

intercâmbio de ideias e experiências com organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos; e manter canais permanentes de diálogo com o movimento LGBT em todo o Brasil.

Uma das vitórias conquistadas a partir deste trabalho realizado nos bastidores do poder, veio a partir de uma pressão feita sobre o governador Sérgio Cabral para que o mesmo regulamentasse o uso do nome social de servidores transgêneros dentro das repartições públicas do estado⁴⁹ e, aquele que talvez seja o feito mais representativo e grandioso para militância LGBT nacional: o reconhecimento pelo STF (Supremo Tribunal Federal), no dia 05 de maio de 2011, do direito de se registrar uma união estável de casais homossexuais em todo o país. Diversos veículos e até mesmo o próprio gestor do programa, Claudio Nascimento apontaram o governador Cabral como o grande articulador responsável por permitir com que a matéria fosse levantada, discutida e votada em tempo recorde, o que dificultou a intervenção de entidades religiosas e conservadoras, mas fato é que esse e outros direitos civis que são renegados aos LGBT começaram a ser amplamente discutidos no Brasil⁵⁰.

Depois que o programa foi apresentado em números quantitativos e qualitativos, nos próximos capítulos serão levadas em conta também as pessoas envolvidas nesta empreitada (quase todas elas ativistas e parceiras desde primeira e segunda fase do MHB) e o que se conquistou até o final do mês de maio estatística e concretamente falando, para que possamos ver o impacto de tudo que o PSRH sobre a vida de cada cidadão gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual do estado do Rio de Janeiro – principalmente aqueles assistidos/acolhidos por qualquer um dos projetos e serviços prestados.

Analisar criticamente o trabalho do Rio Sem Homofobia também significará fazer comparações entre as ações e os projetos deste programa com outros já existentes em todo o país (como Porto Alegre e São Paulo) e ao redor do mundo (África do Sul, México e EUA, por exemplo). Ao final do último capítulo, pretende-se entender se a missão do PRSH é de realmente apenas promover uma qualidade de vida mais digna à comunidade gay, pensando na defesa dos direitos dos LGBTs, ou se há outras intenções por trás de tanta visibilidade, de tanto investimento por parte de governo Sérgio Cabral.

⁴⁹ Disponível em: <http://sandradeandrade.net/2011/11/28/onde-estao-os-lideres-evangelicos-na-alerj-sergio-cabral-sanciona-lei/>

⁵⁰ Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/stf-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva-por-unanimidade.html>

4- O COORDENADOR DO PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA

Antes de se debruçar sobre todo o trabalho realizado pelo Programa estadual Rio Sem Homofobia nesses últimos cinco anos de existência, é preciso que se conheça a principal cabeça que está por trás de tudo que se planeja e que se executa dentro do RSH. O nome do seu líder, oficialmente empossado como Superintendente de Direitos Individuais e Difusos da Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos em março de 2007, atende pelo nome de Claudio Nascimento Silva.

Bahiano da cidade de Itabuna, Claudio teve um começo bastante precoce na militância LGBT, é ativista dos direitos LGBT e humanos desde a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, quando tinha apenas 18 anos e passou a atuar na Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu. Em 1990 funda com amigos o Grupo 28 de Junho, em homenagem à Stonewall, que teve vida de alguns meses.

Em 1993, já presidia um dos grupos de militância gay mais influentes e engajados de todo o país: o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual. Pertencente a Terceira Fase do MHB, esta entidade foi bastante influenciada pelo movimento gay norte-americano (principalmente o de São Francisco) e europeu, ambos pioneiros na conquista de direitos específicos para a população LGBT, o que proporcionou a estes cidadãos mais segurança e dignidade, além de exigir que seus pares gozassem dos mesmos direitos civis daqueles que se orientam pela heterossexualidade.

Como foi dito no primeiro capítulo deste trabalho, a década de 90 foi o período que mais provocou mudanças na forma dos grupos LGBT se posicionarem perante a sociedade (foi preciso se posicionar até mesmo dentro da própria comunidade gay, haja vista que seus integrantes não resolviam a questão das múltiplas identidades de gênero e sexo, ou seja, havia uma grande indefinição de quem era quem no “arco-íris” da sexualidade). O grande desafio que estava sendo lançado era: como a epidemia de AIDS no país deveria ser encarada pela comunidade LGBT, já que ela dizimava principalmente os homossexuais, reforçando a máxima de que todo gay é doente e promiscuo? Foi neste momento de reposicionamento que surgiram grupos de militância como o Arco-Íris que, além de lutarem pelo reconhecimento dos direitos civis para toda a comunidade, também estavam agora envolvidos na mitigação dos números de indivíduos infectados pelo HIV/AIDS através de campanhas de prevenção próprios e associados a programas do governo federal (através do Ministério da Saúde, que apoiou financeiramente diversos encontros entre os grupos desta fase).

Claudio Nascimento foi incansável neste período ao ajudar a organizar diversos encontros locais e nacionais de combate à AIDS, ao preconceito e em defesa do respeito às diferenças sexuais já mencionados anteriormente, sempre procurando um espaço na mídia. Também foi durante seus 14 anos a frente do Arco-Íris, que o grupo estabeleceu como missão “atuar como referência na

promoção da autoestima e cidadania LGBT, visando a transformação da sociedade por meio de ações de desenvolvimento organizacional, gestão do conhecimento, mobilização comunitária e defesa dos direitos humanos, para o exercício da livre orientação sexual e identidade de gênero”⁵¹. E até hoje, mesmo sem contar com a presença de seu mais famoso militante, o Arco-Íris continua sendo uma referência para a militância fluminense e nacional, tendo em vista que ainda organizam até hoje a Parada Gay do Rio (a primeira ocorreu em 1995 em Copacabana, idealizada por Claudio), lança projetos de prevenção de DSTs e disponibiliza um espaço aberto para trocas de experiências entre gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e todos os seus amigos e familiares.

É deste seu trabalho empenhado a favor das causas da comunidade LGBT, liderando o Arco-Íris e também envolvido no *advocacy* político aqui no estado do Rio há mais de 20 anos, que sempre me chamou a atenção a figura de Claudio Nascimento na cena gay brasileira. Seu trabalho e suas ideias estiveram fortemente presentes na elaboração do Programa Brasil Sem Homofobia (2004), do governo federal e também tiveram influência na aprovação de diversas leis municipais e estaduais, como a Lei Estadual Nº 215/2007, que estende o direito de pensão a companheiros (as) de servidores (as) públicos homossexuais do estado do Rio de Janeiro.

Quando fui convidado, por Sérgio Cabral (...) senti um misto de alegria e medo. Alegria por perceber que, finalmente, as questões e demandas da população LGBT comporiam a agenda de políticas estaduais. E o medo vinha devido à suspeita de ser apenas mais um cargo e a possível inoperância das ações por conta da burocracia estatal.

No entanto, esse medo sempre me desafiou. Decidi aceitar o cargo (...). Sabia que essa era uma grande oportunidade de subir alguns degraus de minha missão. (COTTA, Diego. 2012 : 13)

Em todas as ocasiões em que pude estar ao lado do superintendente, observei que há uma relação aberta e de franco diálogo entre ele e o governador, que, segundo Claudio Nascimento, sempre o deixou livre para deliberar suas ações dentro do Programa Rio Sem Homofobia. Sempre que há necessidade de se abrir um novo Centro de Referência, de se pensar em planejar mais uma campanha publicitária ou até mesmo de se realizar mais um encontro entre as militâncias LGBT, o governo estadual dá “cartas abertas” ao gestor. Toda essa liberdade dada pode ser comprovada com a agenda sempre lotada que Claudio tem, onde todos os dias ele está envolvido com inaugurações, lançamentos de campanhas, além de palestras e encontros com políticos, secretários e chefes de governo, magistrados e imprensa.

Atuando agora como um gestor público, Claudio acompanha de perto todos os passos para a aprovação da PLC 122/06, conhecida como a “lei da anti-homofobia”, no Congresso Nacional (a senadora Marta Suplicy, do PT-SP, desarquivou no começo deste ano o projeto original da gaveta

⁵¹ Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/o-grupo/>

para rever todos seus tópicos, a fim de viabilizar a aprovação da matéria) e no último dia 24 de maio esteve presente na aprovação, por parte da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), da inclusão do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Código Civil brasileiro - o que significa um primeiro passo para que esta luta se torne realidade no país - faltando apenas passar pelo plenário do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Foi de Brasília que também partiu o veredicto de sua mais bem sucedida articulação política (bancada pela força política do governador Sérgio Cabral): a decisão de 05 de maio de 2010 do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade constitucional da união estável entre homossexuais.

Ao longo desses mais de 12 meses de coleta de dados, informações e observando quase tudo que acontece no programa, pude notar que, mesmo estando sempre ocupado com as demandas internas e externas do PRSH, Claudio Nascimento se mostra disponível para se comunicar com quem quer que seja (via e-mail, Facebook pessoal, telefone ou até mesmo indo até a sede da SuperDir, que fica na Central do Brasil), além de estar sempre aparecendo nos noticiários, o que de alguma forma acaba prestando contas de todo o trabalho que realiza no governo do estado.

O que se pode concluir deste militante, é que ele é um grande defensor e batalhador incansável na luta por uma vida digna, livre, igualitária e segura para os LGBT e que o Estado seja de fato laico e democrático. Ao mesmo tempo que está interessado e participando das conquistas para a comunidade LGBT em Brasília, ele também consegue administrar e gerir como poucos a Superintendência e o Programa Rio Sem Homofobia. Claudio equilibra o lado sonhador (“o sonho de transformar corações e mentes sempre me acompanhou”, como ele próprio diz) ao mesmo tempo em que correr em sua veia a coragem de lutar até o fim pela igualdade de direitos e o fim do preconceito contra seus pares, como lutou a vida toda seu ídolo, o mítico ativista gay dos anos 60 e 70 de São Francisco (EUA), o Sr. Harvey Milk⁵².

⁵² Primeiro homossexual assumido a ser eleito político nos EUA em 1977. É considerado um mártir para os gays.

5- ANÁLISE DO PROGRAMA

Partindo do entendimento de que fazer uma análise de algo nada mais é do que expor todas as impressões que se tem sobre um objeto específico, apresentarei neste último capítulo o meu olhar crítico acerca dos pontos positivos e negativos, além do que eu acho que ainda deveria ser melhorado dentro do Programa Rio Sem Homofobia, a partir do tudo que pude observar ao longo de mais de 12 meses de pesquisas, visitas à sede do programa e entrevistas (telefone, e-mail e presencial).

Em algum momento desta minha dissertação eu destaquei que a aliança entre antigos membros da militância fluminense (como é o caso do Claudio Nascimento e de sua secretária de gabinete, a travesti e ativista Denise Taynah) e o governo do estado do Rio de Janeiro seria algo inédito e pioneiro em todo país e, de certa forma o é, por conta de sua extensão e complexidade. Esta aliança se tornou inédita pelo fato de ter colocado em prática – e com bastante êxito – desde o primeiro mês de trabalho desses cinco anos de existência (de março de 2007 até 2012) inúmeras políticas públicas que nunca nenhuma outra cidade ou estado no país havia feito. Nem mesmo no maior e mais diverso centro social do país, que é São Paulo existe uma parceria tão ativa quanto do Rio: na esfera estadual, há alguns projetos e programas promovidos pela Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania⁵³, que atua mais sobre a prevenção da homofobia e, na esfera municipal, existe a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual (CADS), que foi criada em 2005, mas que parece se limitar apenas na defesa da igualdade de direitos aos LGBT e na realização de diversos eventos⁵⁴.

Em determinados pontos poderíamos comparar os governos do Rio de Janeiro como o do Rio Grande do Sul, já que este último possui uma coordenadoria LGBT⁵⁵, encabeçada pelo ativista Fábulo Nascimento da Rosa, e que também tem o seu Programa Rio Grande Sem Homofobia, que desde o início de 2011 vem promovendo diversos tipos de encontros (conferências, seminários, palestras etc) e conseguido conquistar uma série de benefícios para que a vida cotidiana de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros seja cada vez mais digna no RS, como a separação de celas e alas⁵⁶ exclusivas para presos LGBT no presídios do estado, a criação do Conselho Estadual de Diversidade Sexual e a extensão dos direitos previdenciários aos casais de homossexuais que formalizaram suas uniões estáveis. De certo que há anos o Rio Grande do Sul se destaca como vanguardista na promoção da igualdade e liberdade social plena entre seus cidadãos, porém, mesmo com o seu programa e seus outros avanços pelas causas LGBT, existem diferenças muito grandes

⁵³ Disponível em: http://www.justica.sp.gov.br/novo_site/Modulo.asp?Modulo=608

⁵⁴ Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/cads/organizacao/index.php?p=934

⁵⁵ Disponível em: <http://www.sjdh.rs.gov.br/index.php?model=conteudo&menu=41&conteudoColunaB=1>

⁵⁶ Disponível em: <http://www.igualdaders.org/>

com que está sendo feito aqui no estado do Rio de Janeiro desde o começo de 2007.

O Programa Rio Sem Homofobia possui algumas características únicas por ter todo um aparato ideológico, político, físico e estrutural nitidamente preparado exclusivamente para o avanço das atuais e de futuras políticas públicas voltadas para os interesses e necessidade da população LGBT fluminense. Por exemplo, somente aqui no estado do Rio um homossexual que sofrer qualquer tipo de agressão física ou psicológica por conta de sua orientação sexual, seja qual for o lugar em que o fato ocorreu dentro do estado, poderá – no mesmo momento - ligar para uma central telefônica “0800” (o Disque Cidadania LGBT, que possui um atendimento 24horas) onde sua denúncia será cadastrada e logo após o atendente encaminhará a vítima ou para um posto de saúde ou delegacia de polícia ou para um Centro de Assistência Social do Estado.

Em caso da pessoa ter sido violentada fisicamente, por exemplo, ela será aconselhada a ir para alguma DP (geralmente a mais próxima de onde ocorreu a agressão) e lá já poderá inserir no Registro de Ocorrência a homofobia como motivo presumido de violência (este é mais um passo a frente que só o Rio deu em todo o país: a Homofobia passa a entrar nas estatísticas da violência do estado). Com o R.O. em mãos, basta a pessoa retornar para o 0800-0234567, que o Programa pedirá que o cidadão vá a um dos quatro Centros de Referência LGBT (Capital, Nova Friburgo, Caxias e Niterói) para receber orientação jurídica, psicológica e social, podendo inclusive ser acompanhada por amigos ou familiares, que também receberão as mais adequadas orientações e passarão a ter um acompanhamento profissional para ajudar a curar o trauma sofrido.

Cabe aqui destacar que esta lógica de se estar, até o final de 2013, com 13 Centros de Referências criados por todo o estado do Rio, é tanto inédita quanto totalmente benéfica para governo e para os membros desta minoria. Instalar Centros como esses, como uma estrutura padronizada de atendimento e suporte jurídico, psicológico e social, por todo o território do estado dará ao poder público ferramentas (tendo acesso tanto a estatísticas quanto aos registros de homofobia) preciosas para que sejam planejadas e executadas políticas públicas mais específicas e eficazes para combater os números de mortes por intolerância, como por exemplo, podendo lançar campanhas de conscientização ou criar programa de atração do turismo gay para uma certa região fluminense. Para os cidadãos LGBT há, pelo menos, a sensação de que agora há pelo menos um centro atendimento específico para onde recorrer em casos extremos, de que terá um acompanhamento capacitado que lidará com sua orientação sexual de forma digna e aberta. Este é um trabalho grandioso em termos de números e de benefícios humanos que levará para uma minoria que sempre foi desamparada pelo poder público.

Esses atendimentos prestados pelo Disque LGBT e pelos Centros de Referência, e que lidam diretamente com os cidadãos que sofreram “na pele” a intolerância e a violência são somente dois dos principais serviços oferecidos pelo Programa Rio Sem Homofobia à população, mas há ainda

muito mais. É preciso analisar também aqueles projetos que lidam direta ou indiretamente com as forças políticas do executivo, legislativo judiciário.

No alto do edifício Central do Brasil, que fica em cima da principal estação de trem do Rio de Janeiro, há um enorme adesivo escrito “RIO SEM HOMOFOBIA 0800-0234567” tomando conta de todas as janelas do 7º andar, qualquer cidadão poderá ir e conhecer pessoalmente o QG do Rio Sem Homofobia. Assim que se entra no “hall” do térreo, um homossexual poderia se sentir intimidado ao notar que o prédio pertence à Secretaria Estadual de Segurança (SESEG), mas como todo o contingente policial (bem como servidores das Secretarias de Administração Penitenciária, Cultura, Ambiente, Educação, Saúde etc) passaram por cursos de capacitação LGBT conduzidas também pelo PRSH, o atendimento dos funcionários e policiais é absolutamente imparcial. Ao todo, de 2008 a 2011, cerca de 6.100 servidores do estado e município foram capacitados, um dos eixos principais do Rio Sem Homofobia⁵⁷.

Tomando conta de quase todo o andar, assim que se sai do elevador já dá para perceber que, antes de qualquer coisa, o que é feito ali dentro, voltado para lutar pela ampla cidadania dos LGBT, não é qualquer coisa. A todo o momento passam pessoas das mais diferentes idades, crenças, classes, lugares e orientações sexuais. Das seis vezes em que estive na sede do programa, em ao menos quatro delas vi passar grupos de estrangeiros saindo ou entrando das grandes salas de reuniões (em outubro de 2011, por exemplo, houve a visita de um grande grupo de estrangeiros que estavam no Rio para uma conferência sobre direitos humanos da ONU, onde conheceram, por exemplo, o Disque LGBT, as salas de acolhimento do Centro de Referência da capital e a do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT).

Ali, qualquer cidadão que esteja envolvido com estudos e pesquisas voltadas para as causas LGBT, ou até mesmo que tenho um interesse pessoal em se envolver com a luta política LGBT, pode contar com uma série de programas e serviços específicos. Um parceria inédita entre a SuperDir/PRSH e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (com um investimento estatal nunca antes visto de mais de R\$2,6 milhões), fez com que um acordo de cooperação técnica fosse firmado entre as duas partes (em 2008, durante a 1ª Conferência de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT) e um dos diversos compromissos firmados pela universidade foi o de se criar uma unidade acadêmica dentro do Rio Sem Preconceito: o Laboratório Integrado em Diversidade Sexual, Políticas e Direitos (LIDIS), que iniciou suas atividades em abril de 2010.

O LIDIS oferece uma série de atividades e serviços, como a promoção do de estudos , programas de estágio, projetos de extensão e pesquisas voltados para às temáticas da sexualidade, políticas públicas e direitos humanos; realiza (sempre em conjunto com o PRSH) seminários, congressos, mini-cursos etc com o objetivo de divulgar, socializar e trocar ideias entre docentes,

⁵⁷ Dados divulgados através da Revista Rio Sem Preconceito, divulgada em junho de 2012 e já disponível ao público.

alunos e pesquisadores de dentro e de fora da UERJ. Através desta parceria que são selecionadas e formadas as equipes de funcionários técnicos que irão trabalhar nos Centros de Referência da Cidadania LGBT, oferecendo bolsas de estágio aos universitários participantes.

A presença do Conselho Estadual LGBT, sem dúvida alguma, é um ponto absolutamente indispensável para a continuidade dos trabalhos do programa. Este grupo extraordinário de discussão e trabalho cumpre um papel de mantenedor da ideologia, da vontade política, do orgulho e da esperança da comunidade LGBT em ter seus direitos garantidos e em ter paz no convívio em sociedade. Ao estar por trás de tudo que o Programa faz e planeja fazer, além de atuar fortemente em cima dos três poderes, contando com o suporte e a importância de estar inserida dentro da política de governo do estado do Rio, o Conselho se faz, mais uma vez, fundamental. A existência deste grupo demonstra o compromisso do estado em estabelecer um diálogo frequente com esta minoria social, o que vem agradando os líderes das mais diversas entidades LGBT fluminenses, como me contou em entrevista a presidente da ANTRA-Rio, Marjorie Machi e um jovem membro do Grupo Diversidade Niterói (GDN), Ricardo Mouzer.

E por falar nas organizações sociais que lutam a favor da comunidade LGBT, neste trabalho pude observar que, mesmo concordando de maneira geral com o trabalho desempenhado pelo Rio Sem Homofobia, elas realizam diversos trabalhos paralelos entre si e com empresas públicas e privadas, focando principalmente na prevenção de DST e nos grupos de debates. A existência dos grupos independentes tem um valor enorme para os cidadãos desta minoria por conta da desburocratização de seu trabalho e da relação mais próxima com estes indivíduos, o que permite formular novas demandas para serem apresentadas ao Estado.

Outra preocupação que Claudio Nascimento e seus funcionários (em sua maioria militantes há mais de 10, 20 anos) possuem é a de estabelecer um vínculo permanente de frequente diálogo entre o PRSH e os grupos de militância dos direitos LGBT que atuam no estado. Ao dispor de verbas grandiosas para realizar dez pré-conferências regionais, uma grande conferência estadual, inúmeras palestras, seminários, encontros, cursos e outros eventos do tipo, o que se nota é que há um interesse muito grande em absorver da militância “de fora” tudo que há de mais urgente e necessário para a vida prática dos LGBT. Não teria como qualquer programa de políticas públicas voltadas especificamente para uma minoria social dar certo se atores políticos não buscassem saber quais são as demandas mais aclamadas pelo grupo.

A campanha publicitária Rio Sem Homofobia, lançada em 16 de maio de 2011, tem para mim, uma importância sem precedentes na história das conquistas do MHB fluminense. Lançada junto com o Caderno de Ações e Metas 2001-2014, onde constam os compromissos de inúmeras Secretarias de Estado a fim de promover a cidadania LGBT em suas respectivas áreas, a campanha publicitária contou com diversas peças comunicacionais para rádio, TV, internet e rua (assinadas

pela empresa Nova S/B)⁵⁸.

Essas peças podiam ser vistas em diversas mídias o dia todo, dentro e fora de casa, chamando uma atenção do olhar e da cabeça das pessoas como nunca antes havia acontecido no Rio, era comum ouvir comentários – de todos os tipos, é claro – dentro de um ônibus sobre homossexualidade, diversidade sexual, promiscuidade etc, assuntos que antes não eram externados pela população. Talvez por que além da campanha ter um bom gosto estético e de ser direta nos discursos a favor do respeito e da tolerância aos LGBT, talvez também por que por trás das imagens já vinha ocorrendo uma transformação sutil na cultura das pessoas por verem os homossexuais mais seguros e assumidos nas famílias e no mercado de trabalho, por verem bons exemplos de gays na televisão, por serem forçados a refletir sobre os avanços legais conquistados por esta minoria etc. Fato é que esta campanha reforçou grandiosamente a posição do governo em apoiar a diversidade sexual e em repudiar a homofobia.

Defendo o Programa Rio Sem Homofobia do Estado do Rio de Janeiro, por ele ter um trabalho bastante complexo e abrangente, quase que completo sobre todas as necessidades da população LGBT. Pelo programa, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, amigos e parentes são adequadamente atendidos (presencialmente ou por telefone) e orientados sobre direitos civis, são também acompanhados por psicólogos e assistentes sociais. Quem tiver um tino maior pelo ativismo LGBT também poderá ser capacitado através de cursos, seminários, palestras, encontros e conferência sobre diversos temas.

A meu ver, a lógica do Programa é estar presente o em todos os momentos e o mais próximo possível da população LGBT, seja montando um esquema todo especial no Carnaval (com servidores capacitados para agir em casos de homofobia e lançando grande campanha publicitária de prevenção de AIDS/DST e contra o preconceito), seja apoiando grande parte das Paradas do Orgulhos LGBT do estado, seja contando – até o final de 2013- com 13 CRCLGBT. Se uma lésbica é agredida, ela poderá contar com algum serviço, se um gay se interessar por políticas públicas e direitos civis LGBT também poderá contar com o programa e participar de seus eventos e cursos, se um travesti é ativista da sua causa e possui um grupo organizado, ele também poderá fazer parte da rede de entidades LGBT que integram os encontros regionais e estaduais realizados pelo PRSH.

Os cidadãos transgêneros que não encontram apoio familiar, médico, psicológico e social também podem contar com serviços do PRSH, que acompanham todo o processo de auto-aceitação, emissão de documentos com nomes sociais, encaminham travestis e transexuais para o mercado de trabalho, realizam encontros específicos sobre travestismo e transexualismo etc. É um trabalho que demonstra o quanto o programa trabalha de verdade e a fundo com todas as questões de todos os grupos que compõe a população LGBT. Imagina o quanto é importante dar visibilidade a esses dois

⁵⁸ Ver ANEXO I (pág.55), II (56) e III (57).

grupos que são isolados à margem da sociedade e tem de se sujeitar à exploração sexual, ao crime e às drogas, o quanto para eles deve ser especial ter a chance de exigir melhores condições de vida, de trabalho e que o Estado reconheça e proteja também esta parcela da população. Para Marjorie Marchi, travesti que preside atualmente a Associação de Travestis e Transsexuais do Estado do Rio (ASTRA-Rio), o momento agora é de integração e de maior diálogo entre os LGBT e entre a militância, o governo e a sociedade, para que a execução das políticas públicas que beneficiam estas minorias sejam eficazes na prática cotidiana⁵⁹.

Contrapondo tudo que foi analisado positivamente até aqui sobre o PRSH, poderia tecer agora críticas negativas sobre o que ainda não foi feito em prol da plena cidadania desta parcela da sociedade em nosso estado, como a destinação de celas e alas exclusivas para detentos “não-heterossexuais” nos presídios estaduais (conforme foi conquistado pela militância gay no Rio Grande do Sul) ou a criação de banheiros exclusivos para transexuais em locais públicos, mas acredito que estas ações mais concretas do tipo “instalar”, “inaugurar”, “reservar espaços” deverão se tornar realidade em um breve espaço de tempo, a depender da urgência para a implementação de tais normas e da real necessidade em ser propor essas mudanças aqui no estado do Rio, que culturalmente tem suas particularidades.

Poderia também duvidar de tanta boa vontade política que vem do governador do estado do Rio, Sérgio Cabral, partindo do fracasso de sua administração em diversos setores como a saúde e a educação (com números e casos absurdos de desvio de materiais e verbas e o baixo salário desses servidores públicos) ou mesmo suspeitar que ele esteja se aproveitando da visibilidade que a comunidade LGBT vem causando em todo o país somente para se promover. Porém, em minha interpretação, mesmo que as intenções do governo sejam as mais políticas, superficiais e aproveitadoras possíveis, para a comunidade gay, o avanço na conquista de direitos e no enfrentamento da intolerância é superior a estas questões e, como o tema desta monografia é falar do Programa Rio Sem Homofobia, não há do que falar mal sobre o que o governador vem fazendo especificamente a favor dos LGBT, já que nota-se que abertura, verba e aval são coisas que não são economizados nesta relação (e ainda vem muito mais por aí com a inauguração de centros e lançamento de novos projetos e serviços, por exemplo).

Contudo, prefiro expor outras medidas que acredito terem maior relevância e que, se fossem tomadas, não exigiria tanta energia do programa na batalha travada no Legislativo. Não vi dentro do PRSH nenhum projeto, que tenha a intenção de atrair e formar, dentro dos grupos LGBT organizados, novos ativistas com aptidão para a política ou até de apoiar militantes conhecidos da

⁵⁹ Assisti à palestra ministrada pela Marjorie Marchi na ECO/UFRJ em 15 de junho de 2011 no auditório da CPM como uma das aulas da disciplina “A Riqueza da Pobreza” oferecida pela professora Ivana Bentes em parceria com o AfroReggae. Disponível em: <http://conexoesuniversidade.blogspot.com.br/2011/06/mudancas-no-comportamento-homofobia.html>

cena que tenham o tino para a coisa. Lançar, apoiar e eleger deputados e vereadores declaradamente afiados e comprometidos com as causas gays seria um grande avanço na luta dos direitos LGBT no Legislativo, além de representar uma economia de energia para os membros do MHB fluminense, que poderiam focar suas atenções para outras demandas. Essa intervenção do Estado na formação de novos líderes pode até parecer perigosa e muito controladora, mas é necessário que haja qualquer incentivo do programa para que os grupos independentes reconheçam essa necessidade e se preocupem com a continuidade da militância engajada.

Uma crítica que poderia se fazer é de que a sede do Programa não possui um local para se pesquisar dados, informações ou mesmo publicações sobre o trabalho deles, sobre diversidade, homofobia, história da militância, enfim, não há um acervo de livros e demais publicações sobre temas LGBT, também não há nenhum outro serviço ou setor que atraia a visita de jovens cidadãos desta minoria. É preciso que haja um projeto que pense nisso, em chamar a atenção da juventude LGBT do estado, até mesmo para que todo o trabalho de agora seja mantido e melhorado no futuro por novos militantes interessados em garantir a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais uma cidadania plena de direitos. Vejo que até a faixa dos 30 anos, os homossexuais do Rio pouco se interessam e são instigados a saber sobre direitos civis, sobre o que eles podem fazer para acabar com a homofobia, o que fazer caso queiram propor um projeto pró-LGBT etc.

É obvio que ainda há diversas barreiras do preconceito que ainda estão fincadas culturalmente na consciência de muitas pessoas na sociedade, como por exemplo os oficiais da polícia que ainda fazem com que um gay violentado passe por um segundo constrangimento na DP ou de um comerciante que põe um casal de gays para fora de seu estabelecimento ao ver uma simples carícia entre ambos, mas essa mentalidade vem sendo reconfigurada aos poucos e o tempo todo com muito trabalho, tanto por parte do poder Judiciário e Legislativo (esses dois em uma menor escala), quanto do Executivo Estadual (este com ações mais enérgicas e bem mais atuante) sendo monitorada e minimizada através de medidas concretas tomadas tanto pelo PRSH, que está sempre exigindo .

Ao que me parece, o sonho de Claudio Nascimento de transformar corações e mentes pode até parecer um objetivo doloroso, pesado e gigantesco demais de se ter e enfrentar, mas com muita disposição, coragem e amor ao próximo as coisas começam a dar sinais de os próximos tempos serão menos de sangue e de dor, e mais de afetos e amor.

6- CONCLUSÃO

Este trabalho monográfico trouxe ao longo de seu texto todo o cenário atual em que está inserido e os fundamentos históricos e ideológicos que estão por trás da implementação do Programa Rio Sem Homofobia, custeado e parte do governo do estado do Rio de Janeiro, que é o objeto de estudo.

No tópico inicial do primeiro capítulo, que foi dividido em três partes, procurou-se apresentar da maneira mais clara e objetiva possível tudo aquilo que influenciou o surgimento de um movimento homossexual organizado aqui no Brasil. Vimos como o regime militar, os clubes noturnos gays, cinemas, saunas, a vida sexual noturna dos grandes centros urbanos e o momento cultural pró-diversidade e pró-liberdade dos anos 70, além, é claro, do movimento homossexual internacional (com um destaque aos EUA, país onde as primeiras grandes revoltas gays tiveram êxito), contribuíram para que alguns homossexuais das grandes metrópoles do país se reunissem para lutar por menos repressão e mais igualdade de direitos por parte do Estado.

Na segunda parte deste capítulo, o Movimento Homossexual Brasileiro foi separado em três fases distintas. Esta ordem cronológica e separada de ver o movimento em “ondas” é utilizada pela respeitada pesquisadora Regina Facchini e apresenta bem as diferenças políticas, ideológicas e sociais internas e externas do MHB que diferenciam uma fase da outra, chamando a atenção para o amadurecimento dos grupos organizados e do momento em que o movimento teve que encarar de frente a epidemia de AIDS/HIV nos anos 90. A terceira parte, que foca no histórico da militância LGBT fluminense, procurou-se mostrar como os ativistas da causa no Rio, principalmente na capital, foram e ainda são influentes. Desde os anos 60, com o lançamento do primeiro impresso (*Snob*), do primeiro jornal gay (*O Lampião da Madrugada*), até a criação do primeiro programa oficial de governo a incluir nas suas pautas públicas o compromisso de combater a intolerância sexual e fomentar a igualdade civil à população LGBT, o Rio de Janeiro e seus militantes vêm servindo de exemplo e motivação para a comunidade LGBT de todo o Brasil acredite que é possível ter uma vida em sociedade mais digna, segura e feliz.

Este programa pioneiro no estado do Rio se chama Programa Rio Sem Homofobia e no terceiro capítulo foram apresentados todos os serviços que já foram e que são prestados pelo programa, os eventos que ele promove, como funciona sua sede, bem como qual é o posicionamento político e ideológico do PRSH. São destacados os Centros de Referência LGBT, o Disque Cidadania LGBT e o Conselho Estadual LGBT com partes cruciais para o sucesso atual e futuro do programa perante cada cidadão que faça parte da população LGBT fluminense.

O quarto parágrafo é o primeiro a ter uma análise explicitamente mais crítica sobre o Rio Sem Homofobia, começando pela análise do seu líder, o coordenador do programa Claudio Nascimento. Esta análise mostrou como e em que momento Claudio entrou para a militância dos

direitos humanos e gays e qual é o seu papel e o tipo de postura que ele tem dentro do PRSH.

O último capítulo é aquele em que se analisa o Programa Rio Sem Homofobia, serviço por serviço, campanha por campanha, feito por feito - observando a utilidade deles na vida prática dos cidadãos LGBT que vivem no estado - as metas para o futuro, a aliança entre a militância e o Estado (através do governador Sérgio Cabral), além, obviamente, de apontar pontos que podem melhorar ou ações que poderiam ser realizadas em prol de um trabalho ainda mais satisfatório e completo.

O trabalho conseguiu atingir todos os seus objetivos principais, que era o de explicitar a importância que todo o complexo trabalho do Programa Rio Sem Homofobia representa para a comunidade LGBT no Rio; apresentar como evoluíram as políticas públicas e a mentalidade dos agentes dos três poderes perante as causas desta minoria; qual é a importância de haver uma aliança tão estreita entre militância LGBT – Estado para que esses cidadãos tenham seus direitos garantidos por leis, medidas políticas e campanhas de conscientização. O Estado brasileiro, em todas as suas instâncias, deve ser e garantir-se como Laico para que suas leis sejam cumpridas de forma impessoal, imparcial e isenta das influências religiosas, que, em certas questões, tendem a interferir na interpretação adequada da Constituição por parte dos nossos políticos e magistrados.

Além de tudo que foi apresentado e analisado nesta monografia sobre a relevância do PRSH para a comunidade LGBT, gostaria de dizer que em certo momento da minha vida pessoal, o serviço de acolhimento e aconselhamento prestado pelo Centro de Referência da Cidadania LGBT da capital foi extremamente importante para a superação do trauma que passei há anos atrás. Após todo o suporte que tive, penso como deveria ser mais pesado e traumatizante para um gay, há seis anos, ter de superar os medos e as marcas físicas e psicológicas de uma agressão homofóbica. Se a pessoa não tem abertura dentro de casa e os amigos pouco podem fazer, imagina como deve ter sido difícil e constrangedor ter que lidar com o preconceito nas ruas, na delegacia de polícia e no hospital, além de saber que o que acabou de passar nunca chamaria a atenção dos governantes para sua situação de vulnerabilidade a que estão expostos os LGBT no estado do Rio.

Espero que este meu trabalho de conclusão de curso venha a ter um grande valor para a comunidade acadêmica, para os futuros estudos e pesquisas sobre a relação do Estado com a militância LGBT organizada e para a sociedade como um todo. Para o futuro, onde acredito que essas alianças estejam mais fortes e maduras, esta monografia poderá servir para mostrar como funcionou o pioneiro Programa Rio Sem Homofobia e o que ele representou em melhorias para a vida prática de milhares de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Que mais leis pró-LGBT e governantes verdadeiramente sensíveis às causas desta minoria social surjam, para que menos assassinatos e outras tristes histórias sejam inseridos nas estatísticas e páginas policiais.

Que o sonho de se ter uma sociedade igualitária, livre e harmoniosa não desapareça do peito daqueles que estão envolvidos com a causa LGBT pelo Brasil e que a luta seja contínua.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Gustavo; Duarte, Rodrigo C. **Entre Galos e Viados**. In: Cadernos Obscenos: a erotização do conhecimento. Porto Alegre: SOMOS, 2009.

Disponível em: <http://somosglbt.blogspot.com/p/e-books.html>. Acessado em: 22 jun. 2011

PORTANOVA, Rui. **Praticar a justiça e o direito agrada mais ao Senhor do que um sacrifício**. In: Cadernos Obscenos: a erotização do conhecimento. Porto Alegre: SOMOS, 2009.

Disponível em: <http://somosglbt.blogspot.com/p/e-books.html>. Acessado em: 22 jun. 2011

ZANATTA, Elaine M. **Documento e Identidade: o Movimento Homossexual no Brasil na década de 80**. Campinas: Cadernos AEL, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.

Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-5/artigo-7-p221.pdf. Acessado em: 26 jun. 2011

REIS, Toni. **Vencendo a homo/lesbo/transfobia – Avanços e desafios**. In: Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, p. 169-178, 2011.

Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0B0IbApFlyOHnNDE2OGViZjEtZDIwZS00ODU0LWJlZWMTYTEzOTQyNzhINTQ3&hl=en_US&authkey=CJiQyvIK. Acessado em: 25 jun 2011.

FACHINNI, Regina. **Visibilidade é legitimidade? O movimento social e a promoção da cidadania LGBT no Brasil**. In: Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, p. 179-197, 2011.

Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0B0IbApFlyOHnNDE2OGViZjEtZDIwZS00ODU0LWJlZWMTYTEzOTQyNzhINTQ3&hl=en_US&authkey=CJiQyvIK. Acessado em: 25 jun 2011.

VENTURI, Gustavo. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais**. Fundação Perseu Abramo e Fundação Rosa de Luxemburgo Stiftung, 2009, <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/conheca-pesquisa-diversidade-sexual->. Acessado em: 22 jun. 2011.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Garamond Universitária, 2005

GREEN, James N. **Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Editora Unesp, 1999.

SILVA, Fábio Ronaldo da; Montenegro, Rosilene D. **Por uma história da imprensa homoerótica brasileira**. Anais do XIII Anpuh/PB, 2008. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2010%20-%20Rosilene%20Dias%20Montenegro%20TC.PDF. Acessado em: 20 de abril de 2012.

SILVA, Cristina Luci Câmara da. **Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos “homossexuais”**.

1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

COTTA, Diego. **Revista Rio Sem Homofobia (Ano 1)**. Rio de Janeiro: 2012.

8- ANEXOS

8.1- Impresso nº 1.

UM LUGAR TÃO MARAVILHOSO COMO O RIO NÃO COMBINA COM HOMOFOBIA.
RESPEITE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.



RIO SEM HOMOFOBIA É UMA INICIATIVA DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. MAS PODE SER A SUA TAMBÉM.

Como qualquer forma de preconceito, a homofobia deve ser combatida em todos os lugares e, por isso, o Governo do Rio está lançando o Rio sem Homofobia. Uma iniciativa inédita que vai contar com vários setores do governo e promover a cidadania e a conscientização da sociedade. Afinal, respeitar a diversidade é um dever de todos. Faça parte do Rio sem Homofobia. A População LGBT merece seu respeito.

DISQUE CIDADANIA LGBT
0800 0234567
www.riosemhomofobia.rj.gov.br



**RIO SEM
HOMOFOBIA**



**SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS**

**SUPERINTENDÊNCIA DE
DIREITOS INDIVIDUAIS,
COLETIVOS E DIFUSOS**

SOMANDO FORÇAS

8.2- Impresso n° 2.



8.3- Impresso nº 3.



CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE SUPERDIR/SEASDH E UERJ PARA O PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA

O Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, Rodrigo Neves, o Reitor de Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Ricardo Vieiralves, o Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos - SUPERDIR/SEASDH, Cláudio Nascimento Silva e a Sub-Reitora de Extensão e Cultura da UERJ, Regina Henriques convidam para a Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para a implementação de ações e serviços do Programa Estadual Rio Sem Homofobia.

Ao final da cerimônia será servido um coquetel, que contará com atrações culturais. Será uma honra contar com a sua presença em um momento tão importante para o fortalecimento do Programa Estadual Rio Sem Homofobia.

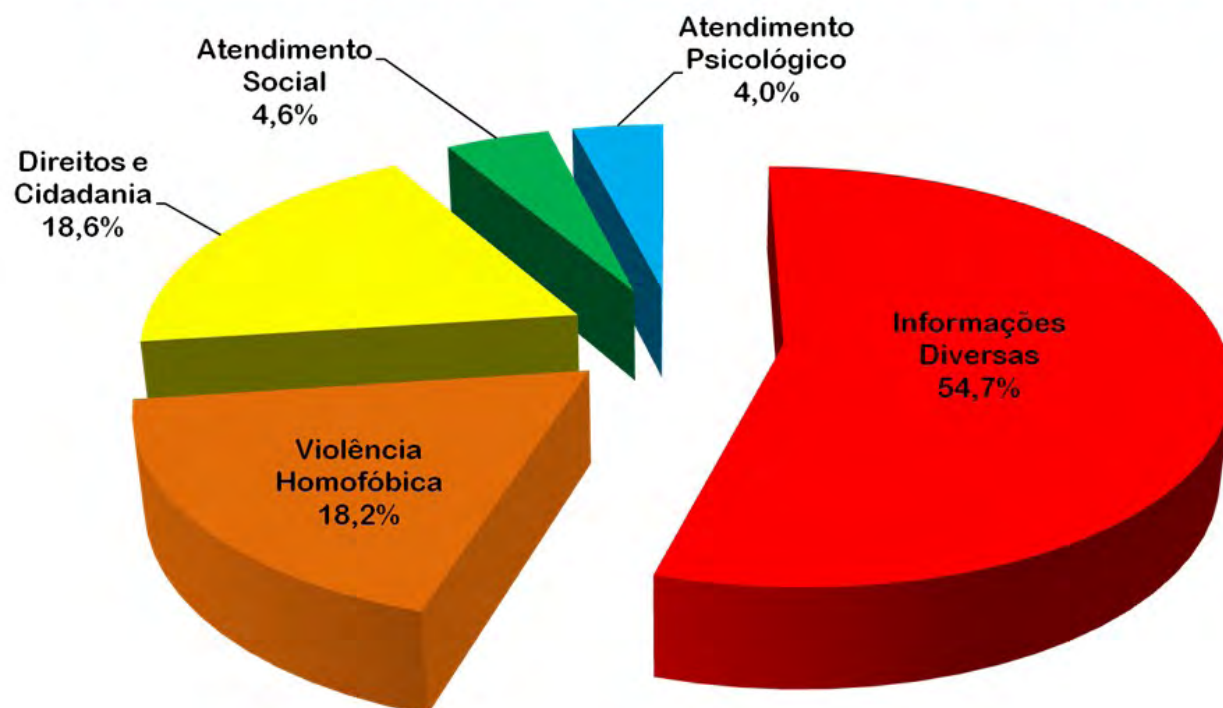
Informações: 2334 9561/9562/9554
E-mail: superdir@social.rj.gov.br e superdir.socialrj@gmail.com

CONVITE
Data: 22 de maio de 2012 (terça-feira)
Horário: 15h30
Local: Auditório do 7º andar, do prédio da Central do Brasil

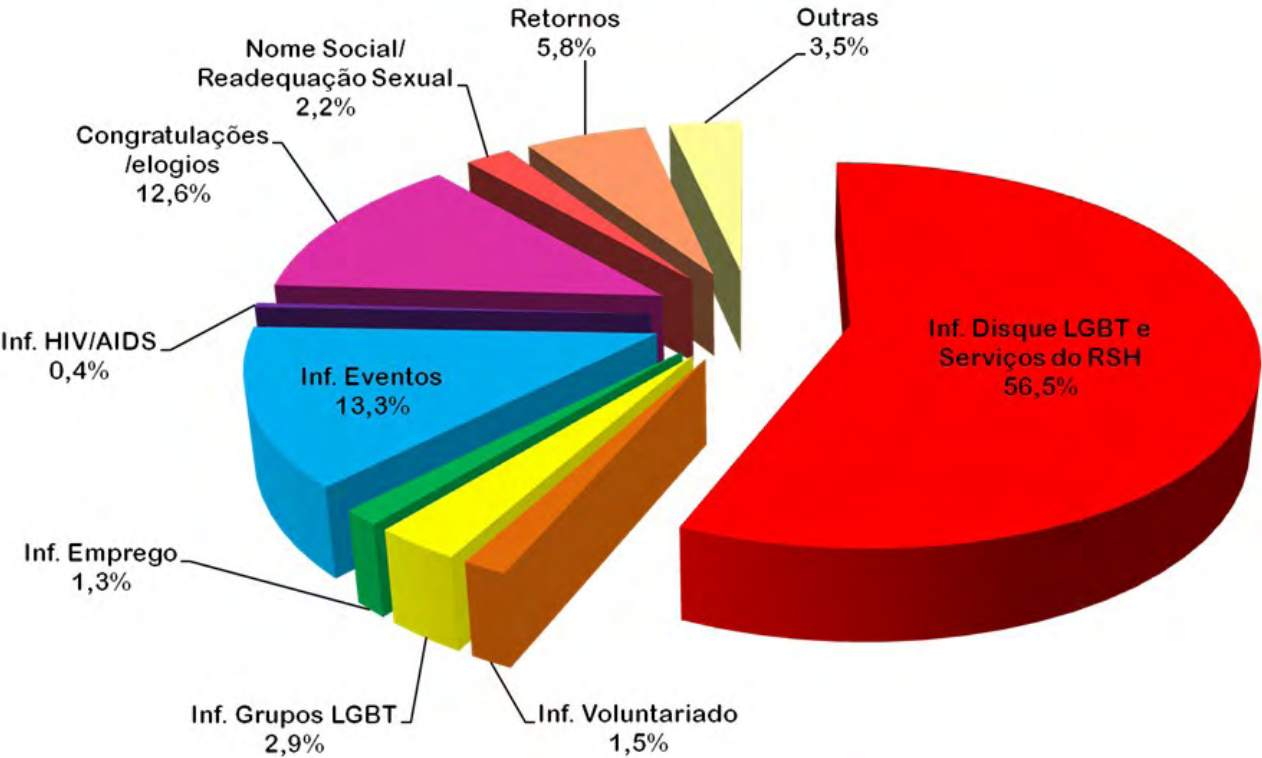
LIDIS       

8.4- Relatório Oficial Disque LGBT nº1

Demandas Apresentadas pelos usuários e usuárias

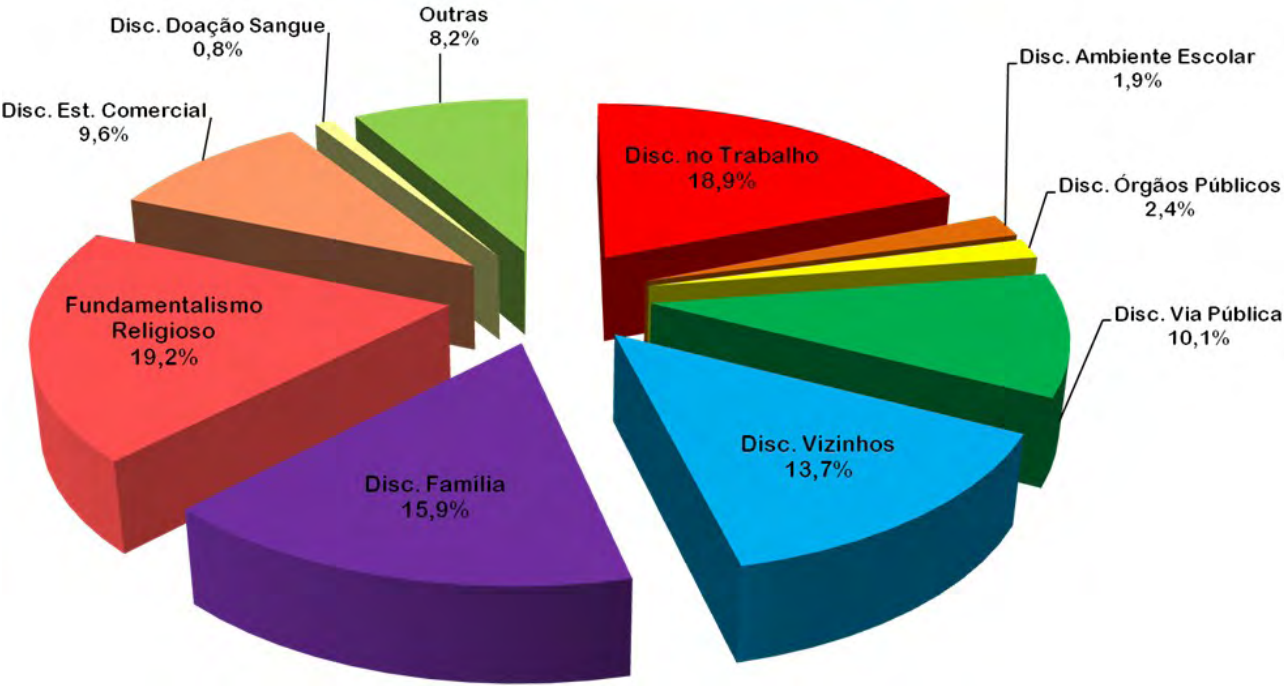


Informações Diversas



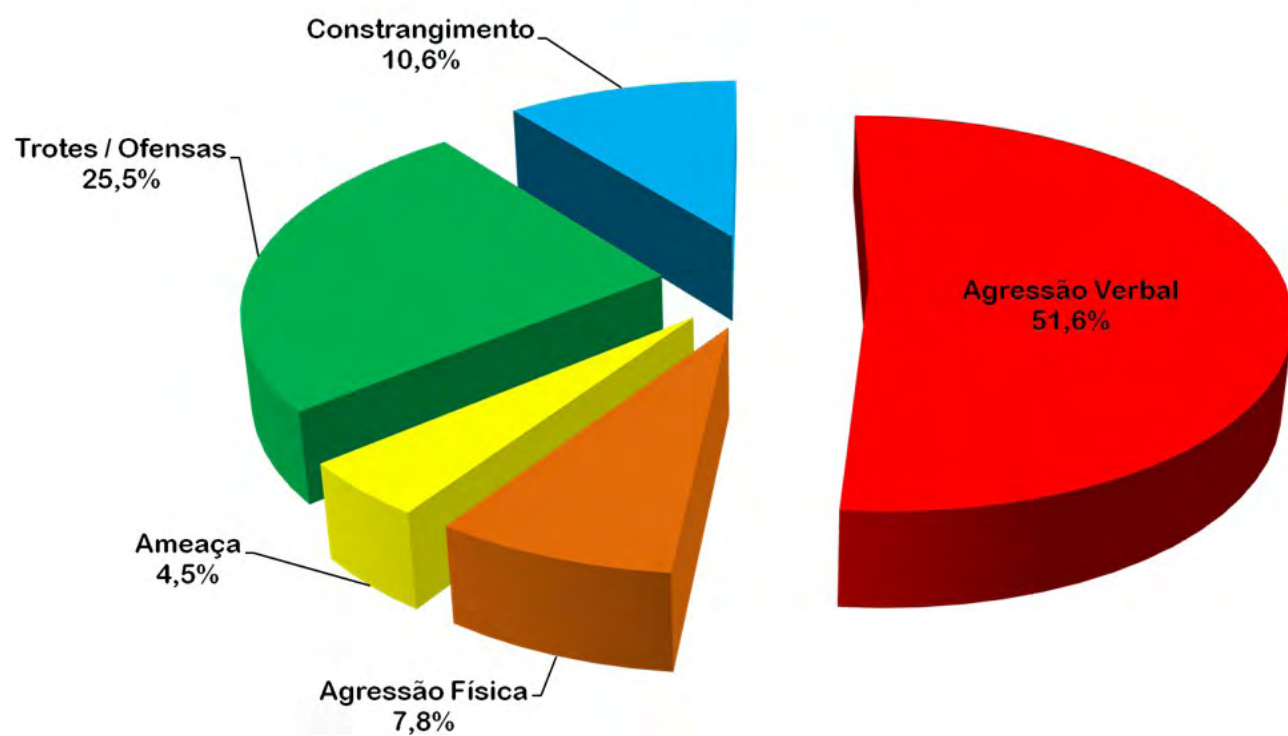
8.6- Relatório Oficial Disque LGBT nº3

Violência Homofóbica – Locais



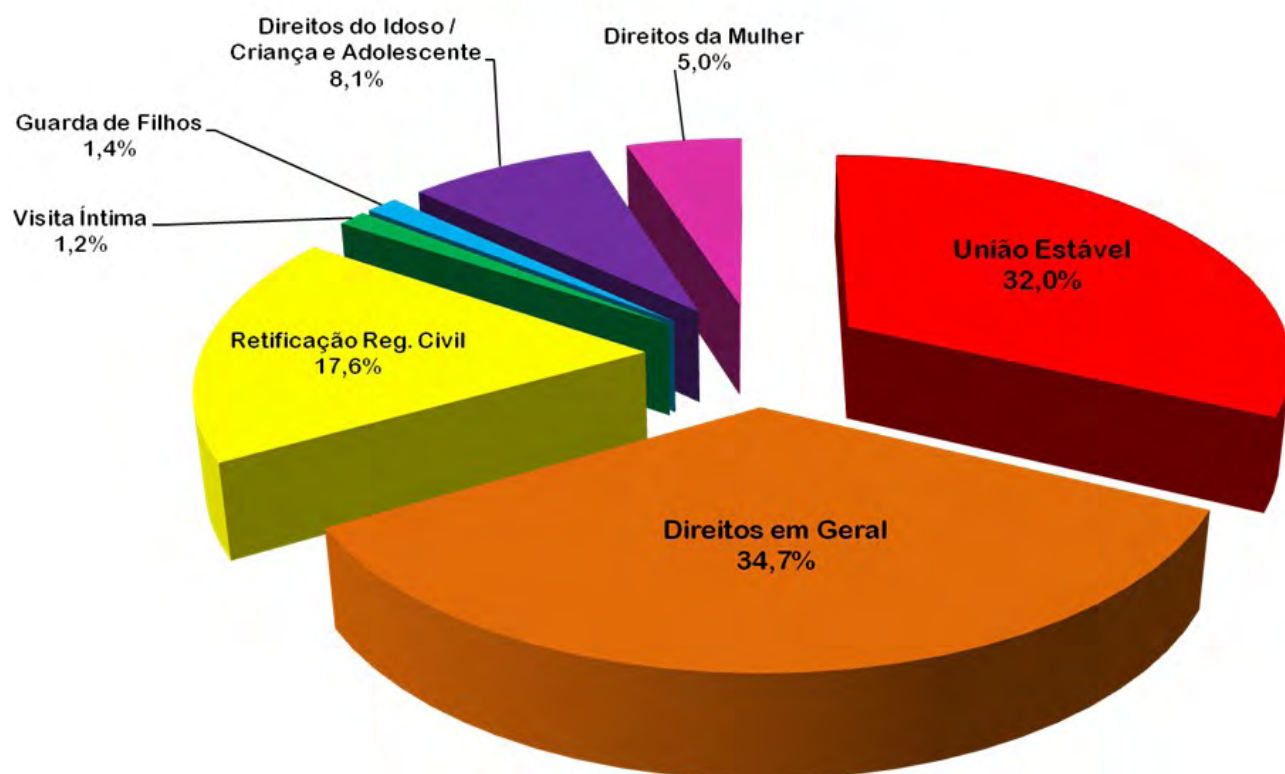
8.7- Relatório Oficial Disque LGBT nº4

Violência Homofóbica – Tipo



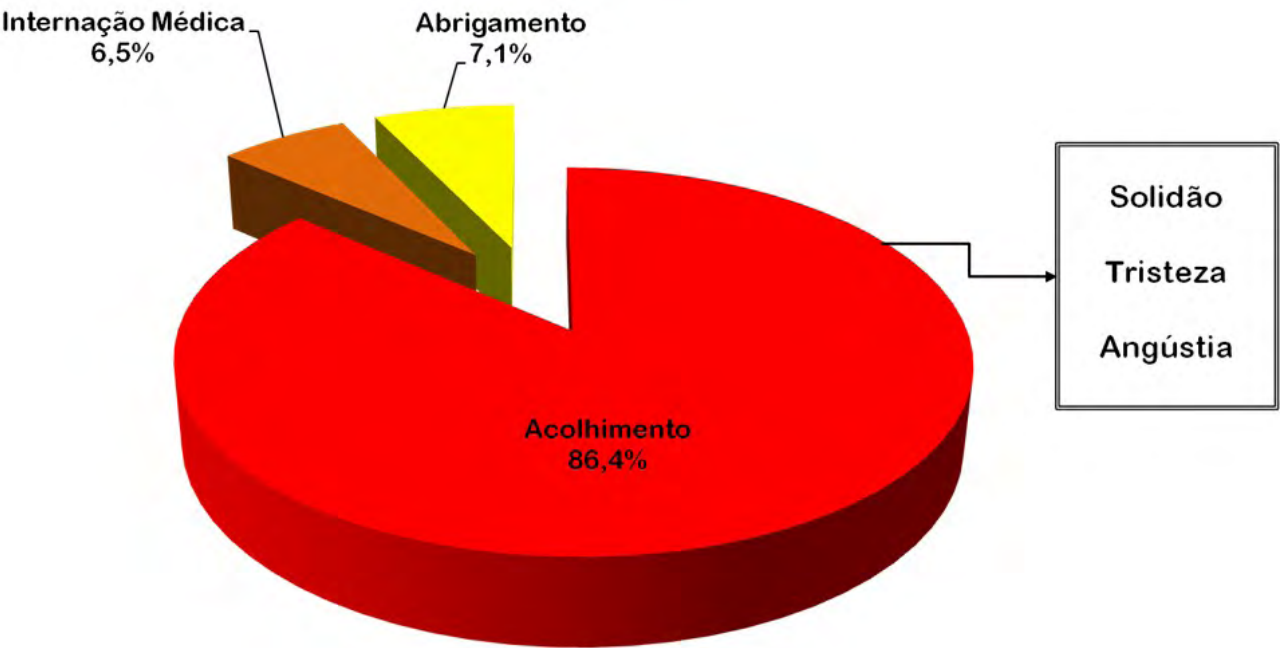
8.8- Relatório Oficial Disque LGBT nº5

Direito e Cidadania



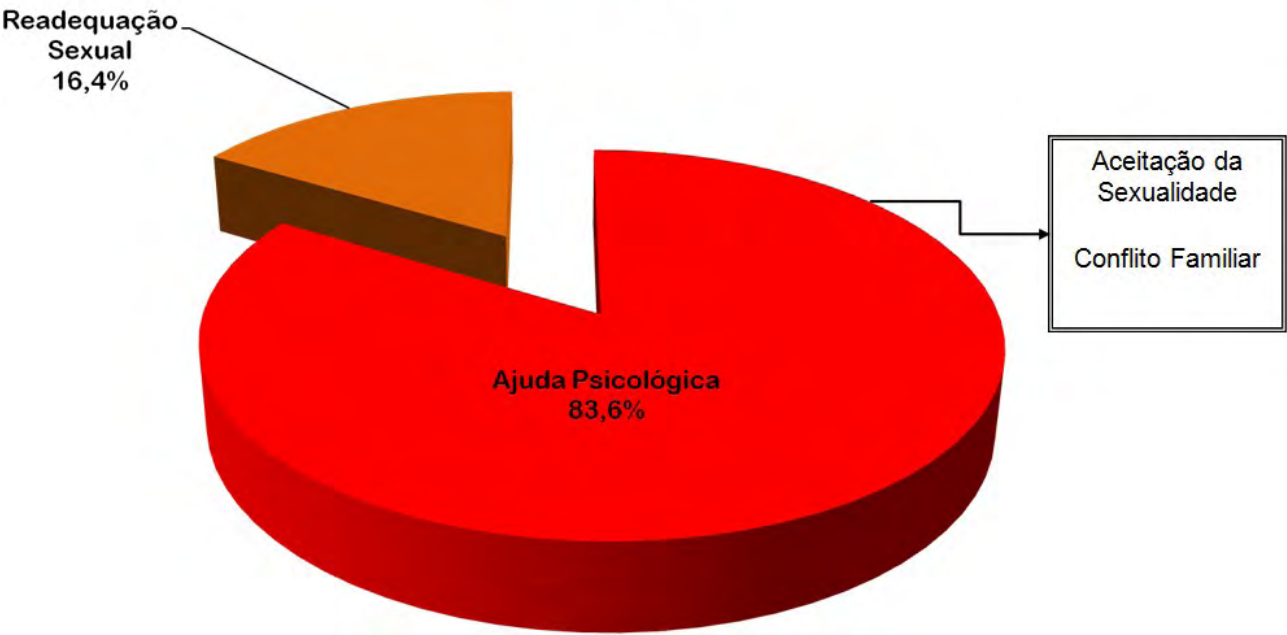
8.9- Relatório Oficial Disque LGBT nº6

Assistência Social



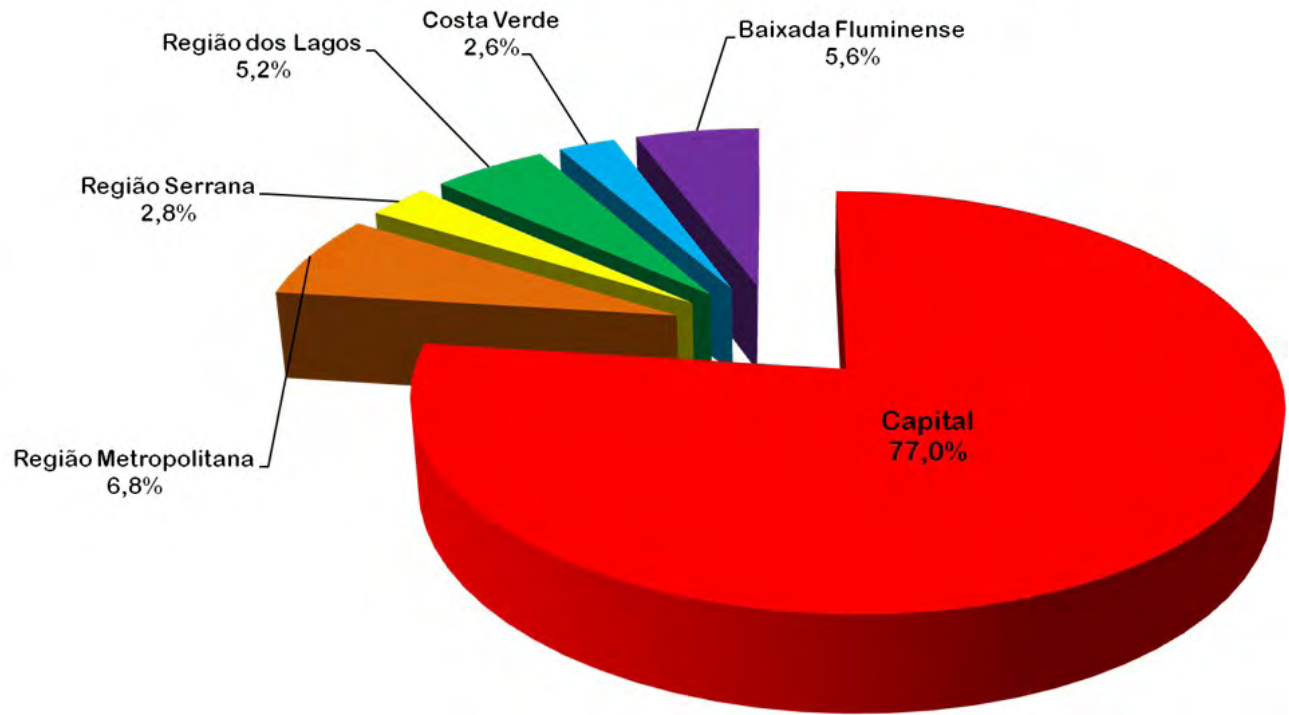
8.10- Relatório Oficial Disque LGBT nº7

Psicologia



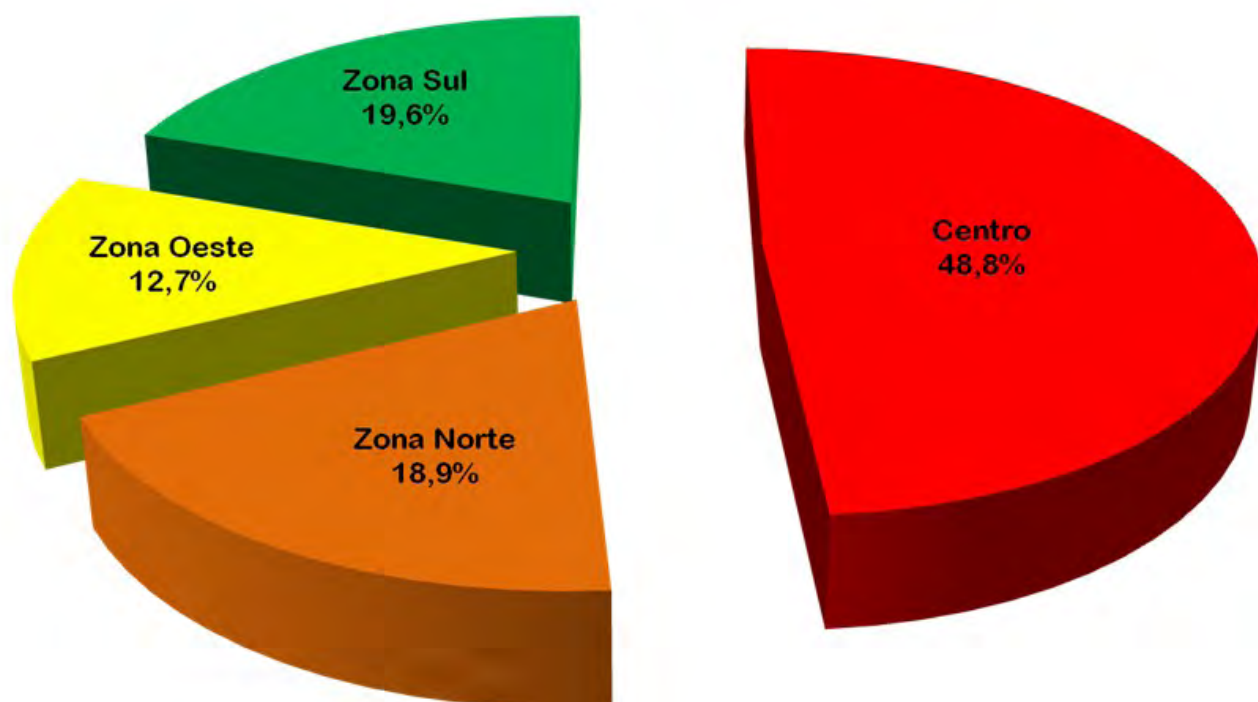
8.11- Relatório Oficial Disque LGBT nº8

Distribuição por Regiões do Estado



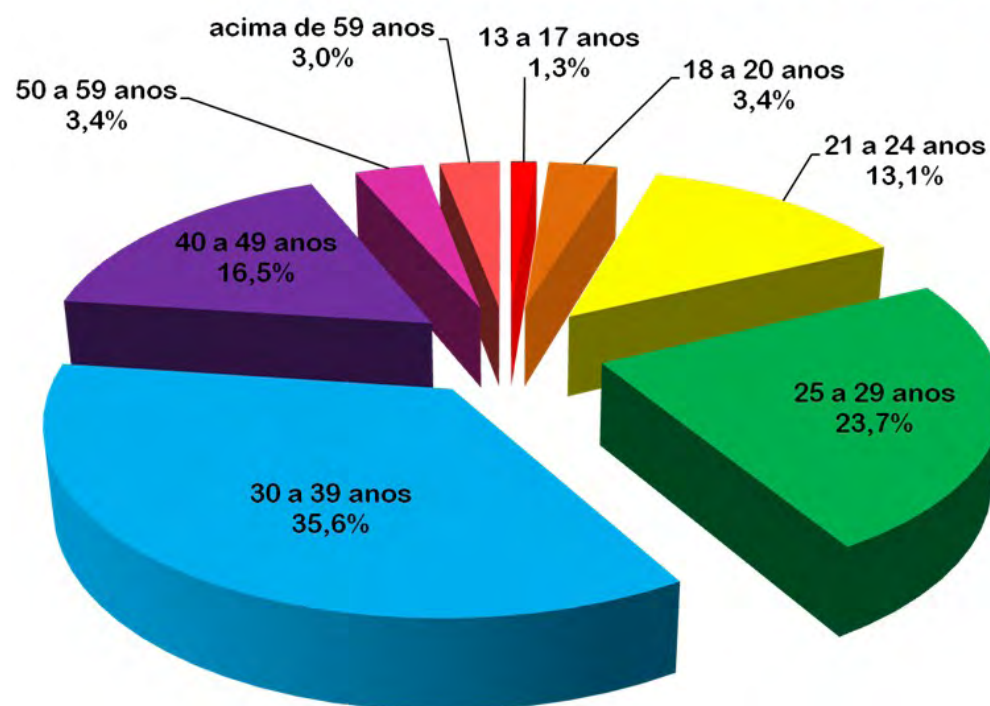
8.12- Relatório Oficial Disque LGBT nº9

Distribuição por Regiões da Capital



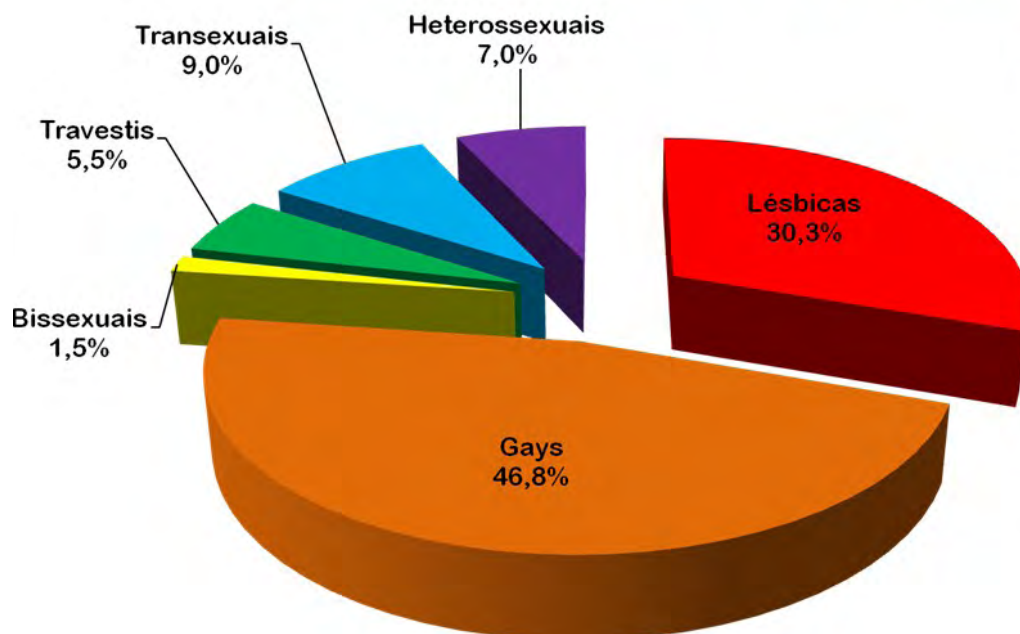
8.13- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº1

Faixa Etária dos usuários e usuárias



Obs: No atendimento os dados pessoais apenas são questionados quando são relevantes para o atendimento. Desta forma, aproximadamente, 16% dos usuários não informaram a idade.

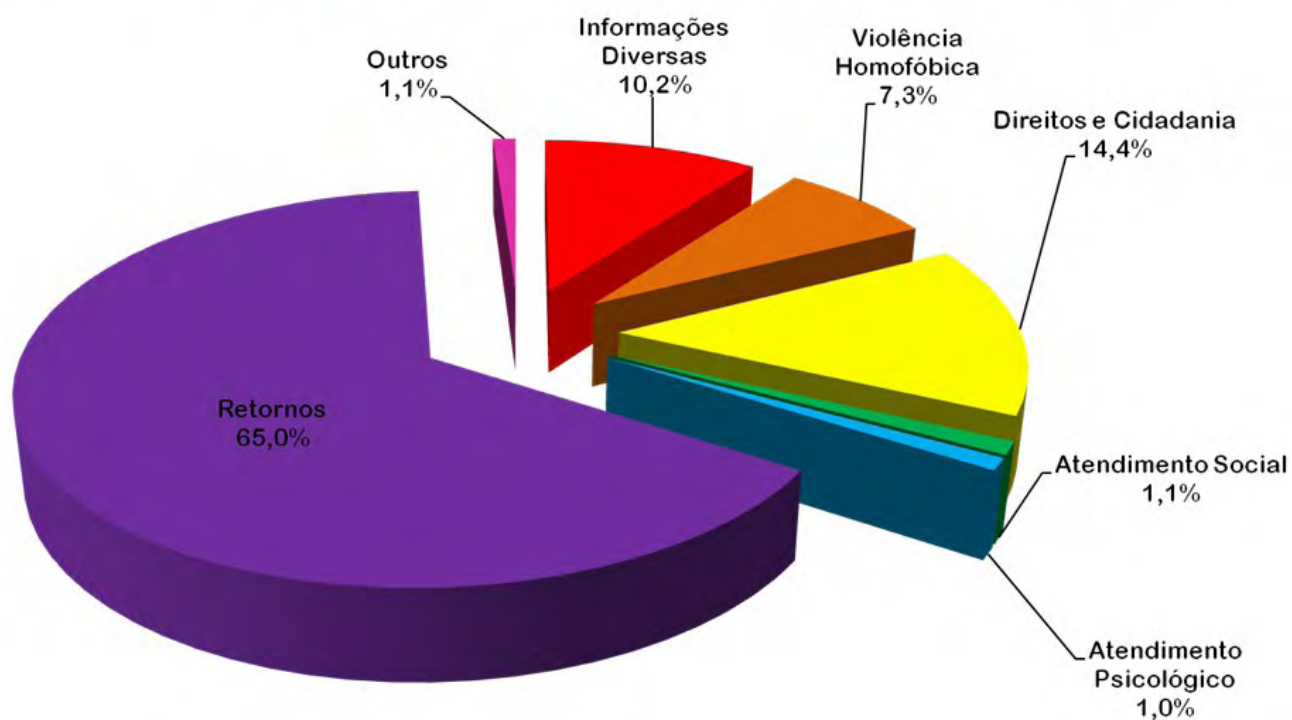
8.14- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº2

Identidade dos usuários e usuárias

Obs: No Atendimento os dados pessoais apenas são questionados quando são relevantes para o atendimento. Desta forma, aproximadamente, 9% dos usuários não informaram a idade.

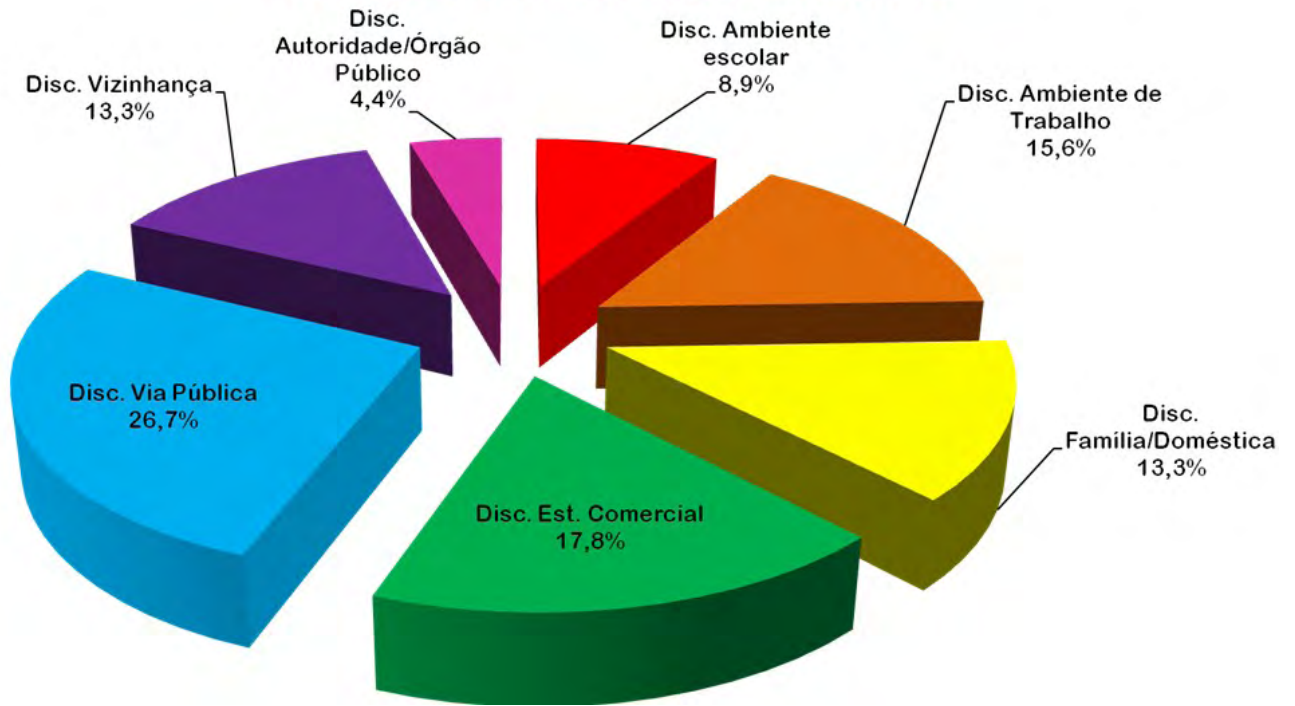
8.15- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº3

Demandas Apresentadas pelos usuários e usuárias



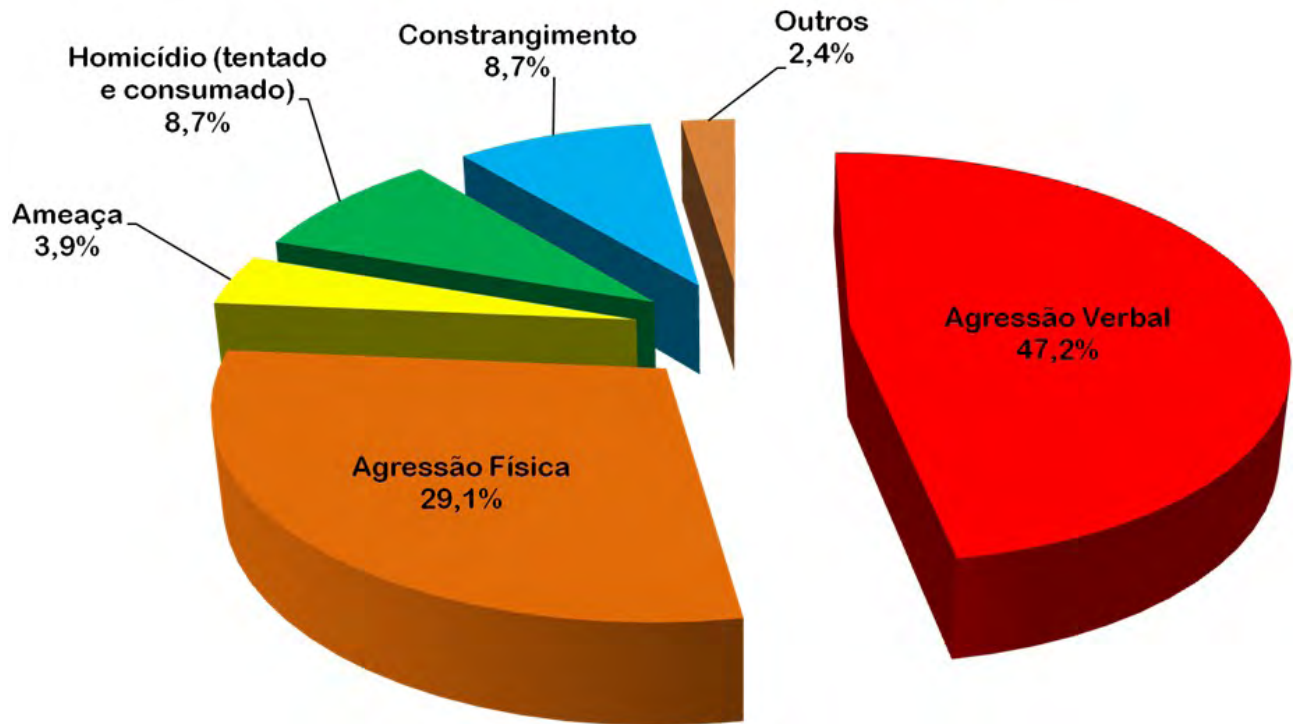
8.16- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº4

Violência Homofóbica – Locais

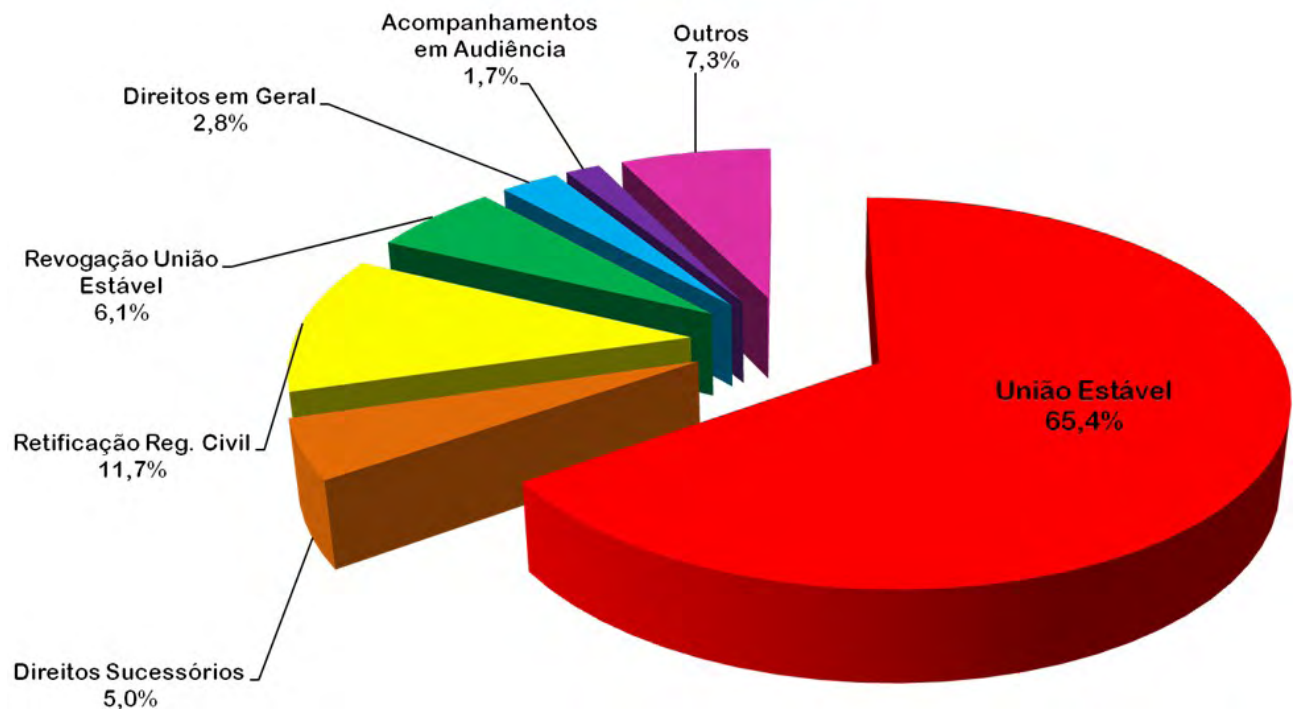


8.17- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº5

Violência Homofóbica – Tipo

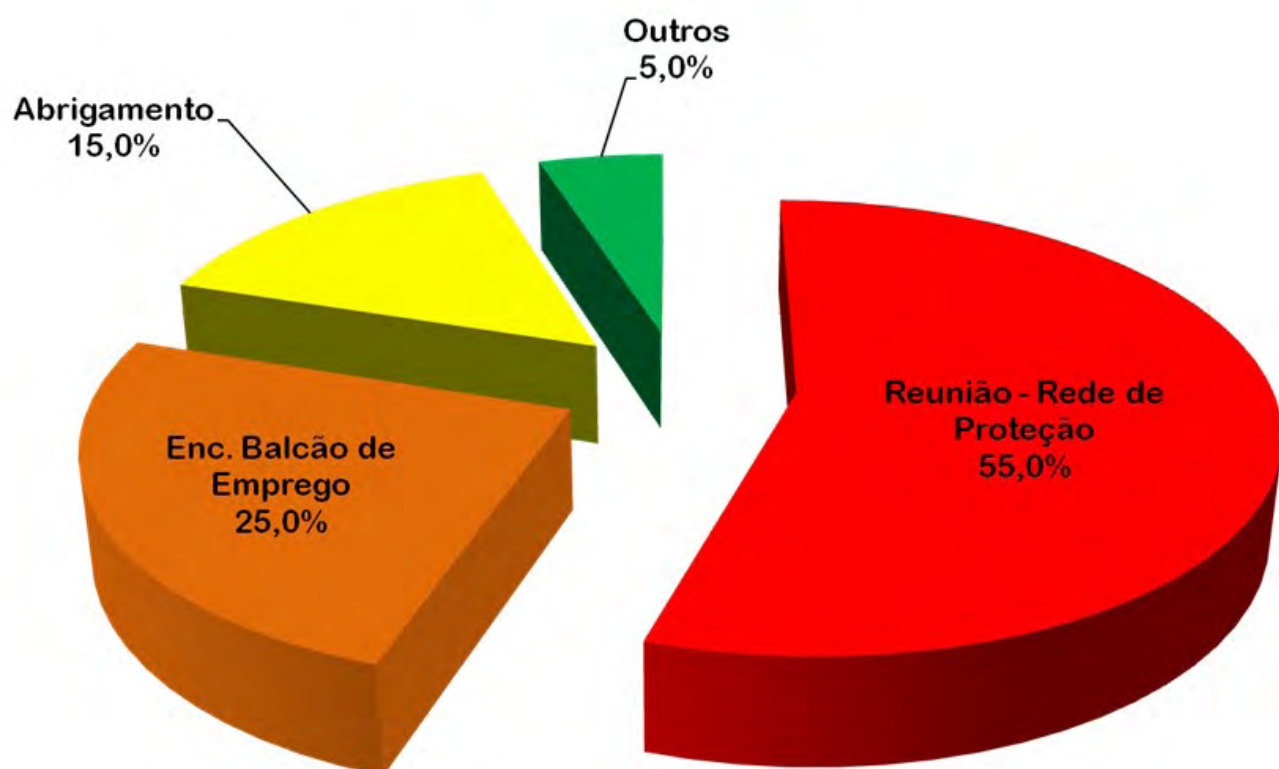


8.18- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº6

Direito e Cidadania

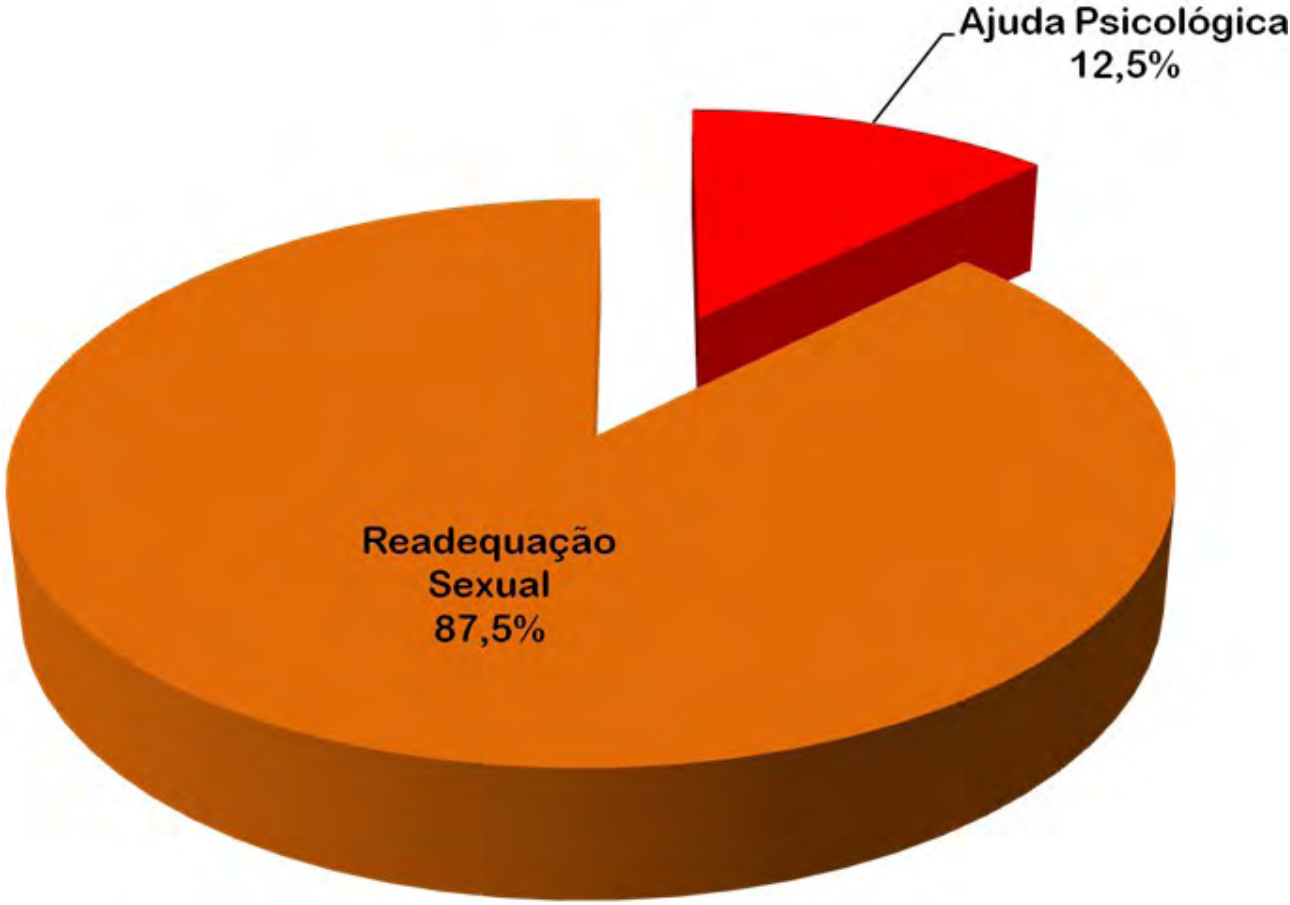
8.19- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº7

Assistência Social

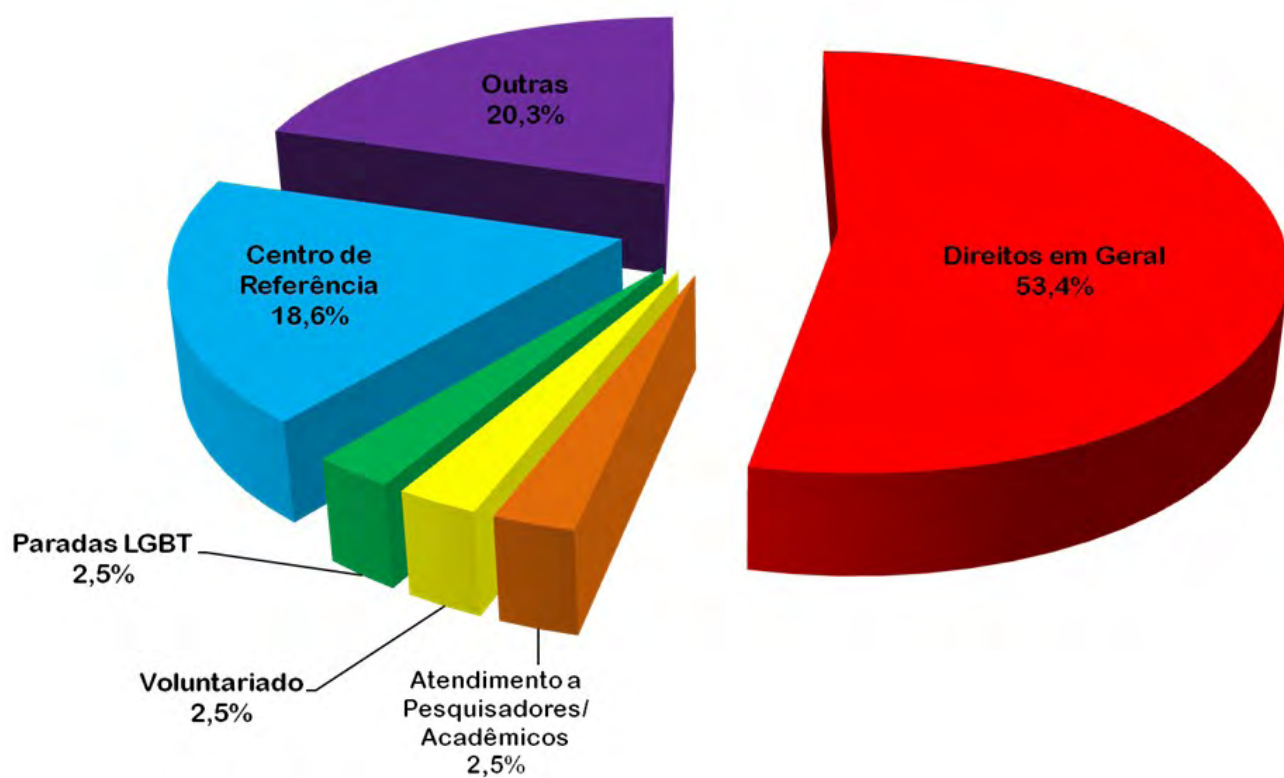


8.20- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº8

Psicologia



8.21- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº9

Informações Gerais

8.22- Relatório Oficial Centros de Referência LGBT Baixada I nº10

Encaminhamentos

